JORNAL NOROESTE

"Deus seja louvado"

Terça-feira, 18 de Novembro de 2025

😝 🕓 🎯 🔼 🖵 🛚

Ano 31 - Edição 1752

www.jornalnoroeste.com | Edição Regional

contato@jornalnoroeste.com

EDUCAÇÃO

Comunidade debate modelo cívico-militar e votação prossegue nesta terça (18)

Após audiência pública lotar a Casa da Cultura, responsáveis, professores e funcionários continuam hoje (18), das 8h às 22h, a decidir se a Escola Cônego adotará o novo modelo a partir de 2026



A discussão sobre a possível implantação do modelo cívico--militar na Escola Estadual Cônego Francisco P. Xavier Lopes mobilizou a comunidade durante a audiência pública realizada na última quinta-feira (13). Com a presença de representantes do Núcleo Regional de Educação, autoridades municipais e grande participação de pais, professores e funcionários, o encontro abriu caminho para a votação, que teve início nesta segunda-feira (17) e prossegue

nesta terça (18), das 8h às 22h. O resultado decidirá os rumos da instituição nos próximos anos.

Presidente Castelo Branco lança Divisão do Departamento da Mulher e oficializa o Organismo de Políticas para Mulheres (OPM)

Cerimônia marcou a implantação oficial da estrutura dedicada à promoção de direitos, equidade de gênero e fortalecimento das ações voltadas às mulheres no município



Na noite de quinta-feira, 23 de outubro, o município de Presidente Castelo Branco promoveu um jantar especial dedicado às mulheres — servidoras públicas e beneficiárias da Proteção Social Especial — em um momento pensado com cuidado e sensibilidade para reconhecer sua importância na comunidade. A iniciativa integra as ações da recém--criada Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, instituída pelo Decreto nº 1.343, de 29 de setembro de 2025.

PÁG. 10

Uma avaliação heterodoxa

PÁG. 2

EXPONDO IDEIAS

A COP 30 e a vida planetária

PÁG. 2

ENTRELINHAS

Vamos falar da consciência humana?

PÁG. 2

🕓 99948-1896 🕓 98439-8775 Nenhum detalhe é pequeno demais para ser ignorado AV. BRASIL, 1696 NOVA ESPERANÇA-PR

ESPAÇO JURÍDICO MINUTO FAMÍLIA

Abandono afetivo: nova lei brasileira transforma ausência emocional dos pais em ato ilícito civil

José Benatti é o entrevistado do NoroCast desta terçafeira na série especial com ex-prefeitos de Nova Esperança

Produzida pelo Jornal Noroeste, a série celebra os 73 anos de emancipação política do município com relatos marcantes de quem ajudou a construir sua história

Foto: Alex Fernandes França

O ex-prefeito José Gerônimo Benatti, que administrou Nova Esperança entre 1997 e 2000, durante a gravação de sua entrevista para o NoroCast, na série especial com ex-prefeitos produzida pelo Jornal Noroeste

Vai ao ar nesta **terça-feira** (18), às 19 horas, pelo canal do Jornal Noroeste no You-(youtube.com/@jor-Tube nalnoroeste3178), mais um episódio do NoroCast - o podcast do Jornal Noroeste. O convidado desta edição é o ex-prefeito José Gerônimo Benatti, que administrou Nova Esperança entre 1997 e

O programa integra a sé-

rie especial de entrevistas com ex-prefeitos de Nova Esperança, produzida em comemoração aos 73 anos de emancipação política do município, celebrados em 14 de dezembro. A proposta é revisitar a trajetória política e administrativa da cidade por meio das experiências e memórias de quem participou ativamente de sua construção. PÁG. 3

PRF apreende 370 kg de maconha após motorista fugir durante abordagem em Maringá

Condutor abandonou o veículo e escapou a pé; carga de maconha estava distribuída em fardos e tabletes dentro do Honda Fit

Foto: Divulgação/PRF



A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 370 quilos de maconha na manhã de segunda-feira (17), após o condutor de um Honda Fit desobedecer a ordem de parada, abandonar o veículo e fugir a

pé na PR-317. Dentro do carro, os policiais encontraram 15 fardos e 137 tabletes da droga, além de constatarem que o automóvel tinha placas falsas e registro de furto em São Paulo.

PÁG. 2

Espaço Jurídico minuto família

Abandono afetivo:

nova lei brasileira transforma

ausência emocional dos pais

em ato ilícito civil

O Brasil acaba de dar um passo importante na proteção emocional

de crianças e adolescentes. Com a sanção da Lei nº 15.240/2025, o

abandono afetivo passa a ser oficialmente reconhecido como um ato

ilícito civil, permitindo que responsáveis que se omitem emocional-

mente sejam responsabilizados e, em alguns casos, até condenados a

indenizar os danos causados pela ausência de cuidado e convivência.

os deveres parentais, não apenas o sustento, a guarda e a educação,

mas também a chamada "assistência afetiva". Em termos práticos,

isso significa que o Estado passa a reconhecer que a presença emo-

cional dos pais é tão determinante quanto às obrigações materiais. A

assistência afetiva abrange a convivência regular, o acompanhamento

do desenvolvimento psicológico e social da criança, a orientação em

decisões importantes da vida e o apoio nos momentos de dificulda-

de. A ausência injustificada dessas condutas, quando causa prejuízos

emocionais, sociais ou psicológicos, passa a configurar violação de

Outro ponto relevante da lei é a possibilidade expressa de indeni-

zação por danos morais ou materiais quando houver comprovação

de que a omissão afetiva prejudicou a formação ou o bem-estar da

criança ou adolescente. Além disso, a lei fortalece a atuação de ór-

gãos de proteção, como Conselhos Tutelares, Ministério Público e

Judiciário, ampliando as hipóteses de intervenção em casos de negli-

gência emocional e permitindo, quando necessário, o afastamento do

responsável do lar para garantir a integridade psicológica do menor.

comprovar a omissão, o nexo de causalidade e o dano efetivo, evi-

tando interpretações abusivas ou responsabilizações automáticas. A

ausência eventual ou a dificuldade de convivência por motivos jus-

tificáveis não caracteriza abandono afetivo. Cada situação deverá ser

analisada individualmente, à luz das particularidades familiares e da

A nova lei reafirma a ideia de que afeto não é mero sentimento abs-

trato, mas elemento essencial ao desenvolvimento integral de crian-

ças e adolescentes. Ao reconhecer que a falta de presença emocional

pode gerar feridas profundas e duradouras, o Estado se posiciona ao

lado daqueles que, muitas vezes, sofrem em silêncio as consequências

Dra. Luana Vasconcelos Herradon -

é Advogada, OAB/PR 88.997

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

No entanto, a aplicação prática da lei exigirá cautela: será preciso

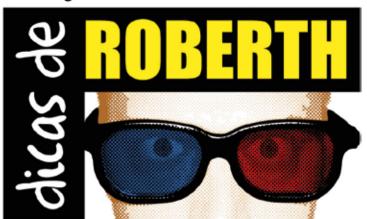
direito fundamental.

realidade da criança.

da ausência parental.

A nova lei altera diversos dispositivos do ECA para incluir, entre

o blog mais cult do brasil...



conheça em dicasderoberth. blogspot.com

Vidas negras importam

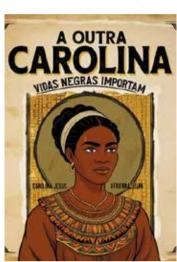
Uma obra para todas as mulheres negras, para todas as mulheres que querem encontrar um tempo de paz e amor, que querem afrontar a violência com a força da arte de verdade.

A obra se encontra disponível no Clube dos autores e recomendada para todos vivenciarem um 20 de novembro com mais sabedoria e amor.

Onde encontrar:

https://clubedeautores.com.br/livro/a-outra-carolina-de-jesus

Basta Chega De dor Chega De racismo Chega De medo De encontrar O espelho Do abrigo Roberth Fabris



Roberth Fabris é crítico de cinema e artes, Mestre em Letras, arte educador, autor da obra aclamada pela crítica e público O Retorno do Pequeno Príncipe, e da obra prima Xeque Mate, que agrada gregos e troianos, e idealizador do projeto cultural Mundo Geek e do Dicas de Roberth o canal com mais de cinco mil vídeos para você e sua família se divertirem. Para feiras literárias, eventos, livros autografados, palestras, bate papo e lancamentos com o autor e voutuber cultural entre em contato roberthfabris@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



A COP 30 e a vida planetária

Caríssimos e Caríssimas leitoras e leitores. Não poderia deixar de buscar realizar com vocês uma reflexão a respeito de um evento essencial, que está acontecendo em nosso país: a COP 30. Que reúne representantes e grupos da sociedade civil de diversos países, para discutir a questão referente ao cuidado e preservação da vida planetária. Não é desconhecido para ninguém a ocorrência cada vez mais intensa de mudanças negativas no meio ambiente planetário com efeitos nocivos para a vida em seu todo, causadas pela pouca responsabilidade e cuidado humano, colocando-se inclusive enquanto espécie ameaçada, pois não se encontra ecologicamente separada



Uma avaliação heterodoxa

Ao longo dos meus anos de magistério, as minhas avaliações costumaram (costumam) ser tradicionais. Em uma prova escrita, por exemplo, mesclo questões objetivas com dissertativas. Em uma apresentação oral, geralmente disponibilizado um assunto e/ ou texto de base e depois exijo esse material. Nada extraordinário.

Todavia, eu sempre soube que o que realmente importa na avaliação não é o conceito em si, mas o caminho que o aluno levou para atingi-lo. Às vezes o conceito é baixo, mas a preparação não foi trivial. É pensando nesse tipo de situação que farei, um dia, uma avaliação heterodoxa, que tem por base uma interpretação livre do pensamento de Masschelein e Simons (2019): "A preparação para o exame é fundamental, sendo o esforço e não o resultado o que conta. O (processo para o) exame, muitas vezes, cria um período de estar liberado (de outras tarefas) e um espaço em que os alunos podem se aplicar à matéria de uma forma concentrada. Durante esse intensivo período de estudo e prática, a preparação como tal é o que está em risco. O exame é, portanto, uma ferramenta pedagógica para exercer pressão" (p. 62).

Apresentada a referência bibliográfica anterior, agora apresentarei a minha proposta heterodoxa de avaliação: ao invés de cobrar os assuntos em si, cobrarei que os alunos relatem sobre como foi o processo de preparação para o exame. E essa proposta será de surpresa: portanto, os alunos não serão avisados. A pergunta será: "descreva detalhadamente como foi o processo de preparação para a avaliação sobre Egito Antigo". Logo se vê que essa diferente proposta pode ser aplicada para quaisquer disciplinas.

Por fim, uma história. Certa vez fui a uma palestra com Celso Antunes e ele comentou o seguinte: antes de aplicar a avaliação, em um dia qualquer, ele percebeu o tanto que os alunos falavam sobre o exame, assuntos que o professor sequer cobraria. Foi nesse momento que o experimente docente percebeu que os alunos tinham estudado muito além do que seria exigido. Daí veio a proposta dele: uma questão livre, elaborada pelos próprios estudantes, a ser integrada à avaliação. O resultado foi interessante, pois revelou assuntos que o professor só de relance havia mencionado. Esta palestra me fez aplicar a mesma ideia em várias de minhas avaliações. Agora, eu já um pouco mais experiente, e também radical, espero levar a heterodoxia avaliativa a um outro parâmetro.

> Felipe Figueira é doutor em Educação e pós-doutor em História. Professor de História e Pedagogia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Paranavaí.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

das outras. A desmedida de nossas ações, visando apenas explorar e utilizar dos recursos naturais, sem nenhum cuidado para com a vida planetária, intensifica-se com o passar dos anos e muito pouco, tem sido realizado na prática, para se evitar desastres e perigos, que ameacem as condições de vida em sua totalidade em nosso planeta. Pelo contrário! A Amazônia, por exemplo, encontra-se mais e mais devastada, arrasada por contínuas queimadas. A floresta amazônica, apontada como sendo o pulmão do mundo, tem sofrido agressões intensas e incontroláveis, contra sua continuação.

O Brasil, a partir desta COP, visa atingir um tipo de liderança climática. Contudo, o filósofo indígena brasileiro Ailton Krenak, não se demonstra muito otimista com os resultados da COP 30. Como afirma o pensador indígena: "A vocação da COP 30 costume ser um balcão de negócios para negociar petróleo, madeira e terras raras. Parece que esta é a ilusão do momento". Vamos convir que esta posição de Krenak é válida, pois outras COPs aconteceram e nada mudou praticamente. Muita retórica e pouca ação para a preservação ambiental do planeta. O filósofo indígena, ressalta que uma atitude indispensável e essencial é repensarmos o conceito de progresso, muito empregado para justificar as intervenções humanas nos ecossistemas terrestres.

Interessante que Krenak, se posiciona também de forma cética, a tentativa de correções pela muito alardeada via do crescimento sustentável. Segundo o pensador: "É muita mentira afirmar, que se pode conciliar a desmedida do dito desenvolvimento, com a ideia de conservar a natureza ou de restabelecer o clima que só piora". Que possamos nos colocar de modo responsável e cuidadoso com o que nos resta no planeta. Que esta COP não seja mais uma reunião de mera retórica ou negociação dos bens naturais do planeta, nada resolvendo de concreto e assim, continuaremos a destruir os nossos ecossistemas, ameaçando as condições de vida como um todo.

> Rogério Luís da Rocha Seixas é Biólogo e Filósofo Docente em Filosofia, Direitos Humanos e Racismo Pesquisador do Grupo Bildung/IFPR e-mail: rogeriosrjb@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Vamos falar da consciência humana?

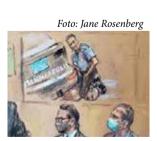
Em outra escrita, afirmei que não gostava de escrever sobre datas comemorativas. Isso é verdade, por essa razão, não falarei sobre o feriado dessa semana em alusão ao Dia da Consciência Negra. Ao invés disso, resolvi fazer um brevíssimo tratado sobre a consciência humana. Tomara que dê reggae, como se diz lá pra's bandas da Bahia.

Há um tempo, na verdade bastante tempo, em um grupo de WhatsApp, uma amiga querida publicou uma imagem fazendo referência à data em que se comemora o aniversário de morte de Zumbi dos Palmares. Em resposta, uma outra amiga, igualmente querida, afirmou que a data-feriado deveria ser alusiva à consciência humana porque todos somos humanos.

Confesso que desde então, penso em escrever sobre o fato. Enfim, o dia chegou, e me vejo remoendo quão importante foi a consciência humana na trajetória de TODOS os humanos. Afinal, era ela que não pesava, há um punhado de séculos, quando se encontrava açoitando pessoas com uma mão, enquanto segurava uma Bíblia na outra.

E se você achar que essa consciência é coisa do passado, de um tempo antigo onde não se tinha noção de humanidade, posso te cercar de presentes. Em 1993, oito crianças foram retiradas dessa vida quando dormiam nas proximidades de uma igreja - Chacina da Candelária. Será que a consciência humana pesou?

Se ainda assim não for suficiente, as imagens podem ajudar.





A morte de George Floyd

Luto é verbo

Espero que vocês, assim como eu, percebam que é já passou da hora de dar um basta na Consciência Humana. Chegaram o tempo e a vez de lutar por uma Consciência Negra.

Professora Jacilene Cruz une as linhas de costura às dos cadernos e traz crônicas e poemas que ultrapassam regiões. A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

EXPEDIENTE

DIRETORES PROPRIETÁRIOS: Allexander Fernandes França | Osvaldo da Costa Paiva Filho | José Antônio Rodrigues da Costa

Permitido a utilização dos textos, desde que citada a fonte

DESDE MAIO DE 1995

NOROESTE

Jornal Noroeste Agora LTDA - ME CNPJ 02.196.872/0001-00 R. Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 354 Sala 101 - Nova Esperança - PR Tel.: (44) 3252-3908

(44) 98455-3121 E-mail: contato@jornalnoroeste.com www.jornalnoroeste.com

CIRCULAÇÃO

Nova Esperança, Maringá, Alto Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Uniflor, Santa Fé e

PROGRAMAÇÃO VISUAL Kaio Kauffman

Pedro Tiago Bera (Jornal Noroeste)

* O JN não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados * Os Artigos, Colunas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a

opinião do Jornal Noroeste, que reproduz em exercício da sua atividade jornalística e diante da liberdade de expressão e comunicação que lhe são inerentes.

IMPRESSÃO Grafinorte S/A

CNPJ: 03.758.336/0001-06











O Jornal Noroeste tem circulação bissemanal no formato impresso e digital, sendo órgão oficial dos municípios de Nova Esperança, Pres. Castelo Branco e Santa Fé

Fotos: Divulgação

Nova Esperança decide sobre implantação de modelo Cívico-Militar na Escola Cônego Francisco P. Xavier Lopes

Audiência Pública reuniu, na quinta-feira (13) comunidade escolar na Casa da Cultura para apresentação do programa e esclarecimento de dúvidas. Votação teve início ontem, segunda-feira (17) e nesta terça-feira (18), das 8h às 22h, com participação exclusiva de responsáveis pelos alunos, professores e funcionários; resultado definirá o futuro da instituição a partir de 2026

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

O Núcleo Regional de Educação (NRE) de Paranavaí e a Escola Estadual Cônego Francisco P. Xavier Lopes realizaram, na noite da última quinta-feira (13), uma Audiência Pública para discutir a possível implantação do modelo Cívico-Militar na instituição. O encontro, realizado na Casa da Cultura e aberto à comunidade, reuniu pais, professores, funcionários, estudantes e diversos representantes do NRE, entre eles a chefe do Núcleo, Adélia Paixão, e sua equipe técnica.

A audiência também contou com a presença do prefeito de Nova Esperança, Eduardo Pasquini, acompanhado da secretária de Administração, Luciana Ciorlin. O secretário municipal de Educação, Edno Guandalin, igualmente participou da Audiência Pública, reforçando o caráter amplo e participativo da discussão.

Durante a reunião, técnicos do NRE apresentaram detalhes sobre o funcionamento das Escolas Cívico--Militares no Paraná — um modelo estruturado por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (Seed) e a Secretaria da Segurança Pública (Sesp). Nesse formato, militares estaduais inativos atuam no suporte administrativo e disciplinar, enquanto a gestão pedagógica permanece integralmente sob responsabilidade dos professores e da direção da escola.

Critérios para implan-



Pais, responsáveis e servidores participam da consulta que definirá o futuro da Escola Cônego Francisco P. Xavier Lopes

Segundo representantes do Núcleo de Educação, Nova Esperança reúne condições para participar da consulta porque possui mais de uma escola estadual atendendo anos finais do Ensino Fundamental. "O município não pode ter apenas uma escola do Estado para ofertar o programa. É necessário que exista outra alternativa para as famílias que não desejarem o modelo cívico--militar", explicou um dos técnicos presentes.

Na região atendida pelo NRE de Paranavaí, somente Nova Esperança ainda não aderiu ao programa, embora preencha os critérios de oferta escolar. Entretanto, nem todas as escolas do município podem ser indicadas para o modelo. Ficaram automaticamente excluídas aquelas que possuem ensino noturno — caso do Colégio São Vicente — e, até então, também as escolas de tempo integral, como Costa Monteiro e Barão do Campo Barão de Lucena.

A Escola Cônego Fran-

cisco P. Xavier Lopes, portanto, foi a unidade selecionada para a consulta pública que ocorrerá nos próximos dias, com voto secreto entre pais, mães, responsáveis e funcionários.

Funcionamento do modelo

Os representantes reforçaram que, nas escolas cívico-militares do Paraná, a direção segue sendo exercida por profissionais da educação, e não por policiais militares.

"O diretor continua o responsável máximo pela escola, com mandato definido pela consulta pública realizada a cada quatro anos. O militar atua como apoio, seguindo diretrizes da direção e desempenhando funções parecidas com as de inspetores", explicou a chefe do Núcleo, Adélia Paixão.

A equipe técnica também apresentou dados que, segundo eles, demonstram avanços no rendimento escolar e na disciplina em unidades que já adotam o programa:

- aumento do IDEB em



Representantes do Núcleo Regional de Educação apresentam o programa e orientam a comunidade escolar durante a consulta

diversas escolas;

- redução de problemas disciplinares;
- diminuição de evasão escolar e melhoria na fre-
- aprovação de 89,3% dos responsáveis e 90% dos professores e pedagogos, conforme pesquisas apresentadas pelo Estado.

Outro ponto destacado foi a estrutura curricular do modelo, que inclui disciplinas como Cidadania e Civismo, além de momentos diários de formatura para entoação do Hino Nacional e orientações gerais do dia. O uso de uniformes específicos — de uso diário e de gala — também integra a rotina das escolas cívico--militares.

Dúvidas e contrapontos da comunidade

Durante o debate, pais e responsáveis fizeram questionamentos sobre possíveis impactos na rotina escolar, atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem e critérios de premiação dos estudantes.

Núcleo afirmaram que as certificações contemplam não apenas notas altas, mas também o avanço pessoal do aluno. "Há premiações voltadas à superação individual. Um estudante que melhora seu próprio desempenho, ainda que não atinja notas máximas, também é reconhecido", esclareceram.

Outra preocupação recorrente foi sobre vagas em caso de discordância de famílias. A equipe do NRE informou que as demais escolas do município possuem capacidade para receber alunos que optarem por não permanecer no modelo, caso ele seja aprovado.

Voto será decisivo

Reforçando a importância da participação popular, os representantes do Núcleo Regional de Educação destacaram que a consulta é um instrumento fundamental de gestão democrática.

"Estamos aqui para apresentar o programa com total transparência. A decisão final é da comunidade escolar. O Estado quer ouvir os As representantes do pais, e ninguém está aqui fessores e funcionários.



Representante do NRE esclarece os pontos do programa e reforça que a decisão cabe exclusivamente à comunidade escolar

para direcionar o voto de ninguém", afirmou uma das servidoras do NRE durante a audiência.

A escolha sobre a implantação ou não do modelo Cívico-Militar na Escola Estadual Cônego Francisco P. Xavier Lopes está sendo realizada nesta segunda--feira (17) e terça-feira (18), das 8h às 22h. O resultado definirá se a instituição será transformada em unidade cívico-militar a partir de

Quem pode votar?

 Apenas o responsável pela matrícula do aluno;

 É permitido apenas um voto por estudante.

Atenção: Responsáveis por alunos que ingressarão na escola apenas em 2026 não participam da votação.

A prefeitura e a direção da escola reforçam que a votação é secreta e destinada exclusivamente a pais ou responsáveis dos estudantes matriculados, além de pro-

José Benatti é o convidado do NoroCast na série especial com ex-prefeitos de Nova Esperança

Podcast do Jornal Noroeste celebra os 73 anos de emancipação política do município com uma série de entrevistas que resgata a história e as memórias da cidade

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Vai ao ar nesta terça-feira (18), às 19 horas, pelo canal do Jornal Noroeste no You-(youtube.com/@jor-Tube nalnoroeste3178), mais um episódio do NoroCast - o podcast do Jornal Noroeste, apresentado pelos diretores Alex Fernandes França e José Antonio Costa. A edição dá continuidade à série especial de entrevistas com ex-prefeitos de Nova Esperança, produzida em comemoração aos 73 anos de emancipação política do município, celebrados em 14 de dezembro.

O convidado desta semana é o ex-prefeito José Gerônimo Benatti, que administrou o município entre 1997 e 2000. Durante o bate--papo, Benatti compartilha lembranças marcantes de sua gestão, os bastidores da política local e reflexões sobre o contexto econômico e social da época. O ex-prefeito também relembra a chegada de



O ex-prefeito José Gerônimo Benatti durante gravação do episódio especial do NoroCast, onde relembra momentos marcantes de sua gestão e fala sobre a história e o desenvolvimento de Nova Esperança

sua família ao antigo povoado de Capelinha, que posteriormente deu origem à cidade de Nova Esperança.

A iniciativa do Jornal Noroeste tem o propósito de pre-

servar e valorizar a memória política e administrativa da cidade, trazendo ao público as experiências e os desafios enfrentados por aqueles que conduziram o Executivo municipal em diferentes períodos. Trata-se de um verdadeiro mergulho na história, resgatando fatos, contextos e visões de quem participou ativamente da construção de Nova Esperança.

A série, composta por entrevistas inéditas será exibida sempre às terças-feiras, às 19 horas, com a seguinte programação:

- Sílvio Chaves 11 de novembro
- José Gerônimo Be**natti** – 18 de novembro
- Maria Ângela Silveira Benatti (Maly Benatti) -25 de novembro
- Gerson Zanusso 2 de dezembro
- Moacir Olivatti 9 de dezembro

Além dos episódios em vídeo, a série contará com uma entrevista exclusiva com o ex-prefeito José Ercílio Kreling, que governou Nova Esperança nos períodos de 1973 a 1977 e 1989 a 1992, a ser publicada no jornal impresso e no site oficial (www. jornalnoroeste.com).

A história de Nova Esperança começou oficialmente em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito eleito, Dr. José Teixeira da Silveira, figura essencial

na estruturação política e administrativa da recém-criada

O NoroCast - o podcast do Jornal Noroeste é uma produção que une história, memória e informação, dando voz a quem ajudou a construir o município e preservando o legado político e social de Nova Esperança para as novas gerações.

O programa conta com o apoio de:

Recanto Pet – tudo para o seu fiel companheiro: medicamentos, brinquedos, banho e tosa (com busca e entrega), clínica veterinária, rações, petiscos e muito mais. Av. Rocha Pombo, 1266 - Centro, Nova Esperança (44) 99763-5489 | Instagram: @lojarecantopetne

SINP - Sistema Integrado Nacional de Preços - Transparência e eficiência nas compras públicas, com soluções orçamentárias se-

guras e de acordo com o mercado. www.sinp.com.br | WhatsApp: (44) 99713-8531 Instagram: @sinpcomercial



Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal.

As versões digitais e as íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal Acesse também através doQR CODE ao lado

PUBLICIDADE LEGAL

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEILÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75,730,994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Parágrafo único. A publicidade a que estão sujeitas as entidades privadas sem fins lucrativos mencionadas no *coput* restringe-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à respectiva destinação, sem prejuízo das obrigações legais de prestação de contas.

Art. 3º O acesso à informação regulado por este Decreto deverá ocorrer por meio nto ágil, transparente e em linguagem de fácil compreensão ao cidadão do ser fornecida imediatamente a informação quando possível, observando o disposto no § 1° do art. 11 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Parágrafo único. No acesso à informação a que se refere o *caput*, serão observa s princípios da administração pública previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Fede em como as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração

pública:

V - desenvolvimento do controle social da administração pública;

VI - implementação da política de gestão de documentos.

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou forma

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou

III - informação sigliosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e da Administração Pública; IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou

identificável;

V - informação pública: dados, documentos e registros relacionados à atuação do Poder Público, especialmente quanto a atos governamentais, que possibilitem ao cidadão o exercício do controle social, a fiscalização da gestão pública e a promoção da transparência e da participação popular na Administração;



Art. 9º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá solicitar acesso a informações públicas por meio de procedimento legítimo. § 1º O pedido será formalizado em formulário padrão, disponível no endereço

§ 2º Na hipótese de o interessado não possuir acesso à internet, o requerimento erá ser apresentado presencialmente junto ao Protocolo Geral da Administração nicipal, situado na Avenida Rocha Pombo, nº 1453, Centro.

§ 3º Após a apresentação do pedido, será gerado protocolo contendo a data e o

§ 4º A análise e a resposta aos pedidos de informação, incluindo prazos prorrogações e hipóteses de deferimento ou indeferimento, observarão o disposto no art 13 deste Decreto.

Art. 10. O pedido de acesso à informação deverá conter:

III - descrição clara e precisa da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico para recebimento das comunicações ou da

Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos, que não descrevam de forma delimitada o objeto do pedido, tornando impossível a identificação e compreensão da solicitação;

 II - desproporcionais, que comprometam significativamente a execução das les rotineiras da instituição, causando prejuízo injustificado aos direitos de outros III - desarrazoados, sem fundamento nos objetivos da LAI, em seus dispositivos

legais ou nas garantias fundamentais previstas na Constituição: IV - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de e informações, como a elaboração de planilhas ou bancos de dados, ou a produção e ento de informações que não sejam de competência do órgão ou entidade.

§ 1º A informação será disponibilizada ao requerente da mesma forma que se encontrar arquivada ou registrada no órgão ou entidade municipal, não cabendo à

Administração realizar qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, como a elaboração de planilhas ou banco de dados.



§ 2º Quando a informação não puder ser disponibilizada integralmente por ser parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa mediante certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sigilosa.

§ 3º O direito de acesso a documentos ou às informações neles contidas, que serviram de base para decisões ou atos administrativos, será garantido a partir da publicação

§ 5º As entidades privadas sem fins lucrativos referidas no art. 2º estão sujeitas às obrigações legais e contratuais relativas à prestação de contas e à transparência dos ecursos públicos recebidos, sendo o descumprimento passível das sanções legais e

contratuais cabíveis, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

§ 6º Se o pedido de acesso às informações não for atendido devido ao extravio da documentação, o interessado, após ser informado, poderá requerer a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento, devendo o pedido ser remetido à Procuradoria-Geral do Município.

DOS RECURSOS

Art. 22. No caso de negativa de acesso à informação, de não fornecimento das razões da negativa ou de descumprimento dos prazos previstos neste Decreto, o requerente poderá interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão ou do decurso do prazo, dirigido à Controladoria-Geral do Município, que deverá apreciá-lo no

Art. 23. Quando a negativa se fundamentar em sigilo, o recurso será encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que emitirá parecer prévio à decisão da Controladoria-Geral no prazo de 5 (cinco) dias, podendo recomendar a desclassificação ou eclassificação da informação

Art. 24. Caso o recurso seja desprovido pela Controladoria-Geral, o requerento poderá apresentar novo recurso no prazo de 10 (dez) dias, dirigido à Procuradoria-Geral do Município, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 25. Quando provido qualquer recurso, será fixado prazo máximo de 20 (vinte

shá, 322 – Jardim Horizonte – CNPJ - 76.2 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-081 EXTRATO DE CONTRATO

AV. SANTOS DUMONT, 515 - FONE (44) 31131094 - NOVA ESPERANÇA - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR

ESPÉCIE: Contrato nº 271-2025 - PMPCB. REF.: Pregão Eletrônico nº. 75/2025

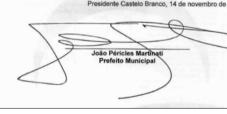
PARTES: Município de Presidente Castelo Branco e a empresa, DAZAPE COMERCIO & SERVIÇOS LTDA, Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.070.706/0001-49

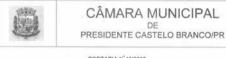
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALHAS E RUFOS PARA ATENDER ÁS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO – PR

| lices | Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Preço | Prego total | | |
|-------|---|---------|------------|--------|-------------|--|--|
| 1. | CALHA EM CHAPA DE AÇO QALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 109 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. PORNECEMENTO, INSTALAÇÃO (Inclusa renioção de liens de mejena naturera vertualmente existentes no local) | MT | 500,00 | 126,50 | 63.250,00 | | |
| 2 | CALIJA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 30CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO (inclusi remepo de litera de mesus natureza eventualmente existentes no local) | MT | 300,00 | 61,80 | 18.540,00 | | |
| 3 | CALHA DE AÇO GALVANIZADO NOMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO (incloss remoção de itens de messira natureza eventualmente existencia no local) | MT | 200,00 | 43,80 | 8.760,00 | | |
| 4 | CHAPIM (RUPO CAPÁ) EM AÇO GALVANIZADO, CORTE 33 — PORNECIMENTO, INSTALAÇÃO (inclusa remoção de itens de mesima natureza eventualmente existentes no local) | мт | 500,00 | 36,85 | 18.425,00 | | |
| 5 | RUFO EM CHAPA DE JAÇO GALVANIZADO Nº 24 CORTES DE 25CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL — FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO (inclusa remoção de items de mesima natureza viventualmente existentes po local) | MT | 500,00 | 33,80 | 16.900,00 | | |
| 6 | CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, DISINVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERITICAL — FORNICIMENTO, INSTALAÇÃO (inclusa remoção de itens de mesima natureza ventualmente existente in local) | MT | 300,00 | 36,25 | 10.875,00 | | |
| 7 | CONDUTOR DE ÁGUÁ PARA CALHA khapa 26, INCLUSO TRANSPORTE | MT | 100,00 | 38,80 | 3.880,00 | | |
| | FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO (inclusa remoção de itens de mesma natureza eventualmente existentes no local). | | | | | | |
| OTAL | | | | | | | |

VALOR: R\$ 140.630,00 (CENTO E QUARENTA MIL SEISCENTOS E TRINTA REAIS). PRAZO DE VIGÊNCIA: 14 de novembro de 2026.

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 14 de novembro de 2025. Presidente Castelo Branco, 14 de novembro de 2025.





PORTARIA N° 43/2025

Ementa: 'DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS'

Castelo Branco - Paraná no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidos, RESOLVE: Art. 1º - Conceder diárias a agentes políticos conforme Processo de Diárias

O SENHOR GENIVALDO ROBERTO ANTONIO, Presidente da Câmara Municipal de P

nº79/2025, nº80/2025, nº81/2025 e nº82/2025, referente viagem para realização de cursos e namentos, com o tema: CICLO DE CAPACITAÇÃO LPB, realizado pela Liderança Publica Brasil nos días 19 a 21 de novembro e participação no evento promovido pela Secretaria di no dia 18 de novembro ambos em Curitiba/PR, conforme seque: Agente Politico - Servidor Quantidade Valor Unit. Valor Total

| 2.529,00 |
|----------|
| 2.529,00 |
| 2.529,00 |
| 2.529,00 |
| 2.529,00 |
| ŀ |

Art. 2º - O custo com transporte será apurado posteriormente conforme Le

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.





Regulamenta o procedimento de acesso a informações públicas, bem como a classificação e a reclassificação de informações sigiliosas, no ámbito da Administração Público Direto e Indireto do Município de Nova Esperança, em conformidade com o inciso XXXIII do art. 5°, o inciso II do § 3° do art. 37 e o § 2° do art. 216 da Constituição Federal, regulados pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 53~e/c o art. 75, 1, "a" da Lei Orgânica do Município (LOM); CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII, do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 3º en o§ 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administra Pública Municipal, a aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), com o objetivo de des responsabilidades dos agentes públicos na recepção e responsa às solicitações informação, bem como estabelecer critérios para a classificação de informações sigilo instituir modelo de formulário para registro e adequar os procedimentos à estrutorganizacional atual da Administração Municipal de Nova Esperança; DECRETA: CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos destinados a assegurar o direito constitucional de acesso às informações públicas, bem como a classificação e a reclassificação de informações sigilosas, nos termos do inciso XXXIII do art. 5º, do inciso II do § 3º do art. 3º e do § 2º do art. 216 da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 21.2.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), especialmente o disposto em seu art. 45.

Art. 2º Submetem-se às disposições desto Decreto todos os órgãos e entidades da administração pública municipal, direta e indireta, bem como se entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, seja diretamente do orçamento municipal ou por de subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parecria, convénios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, destinados à realização de ações de interesse

VI - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-456 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

informação; VII - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada

VIII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à

origem, trânsito e destino

XI - gestão de documentos: conjunto de procedimentos e operações técnicas aplicados à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fase: corrente e intermediária, com vistas à sua eliminação ou recolhimento para guarda

Art. 5º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem. Parágrafo único. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e materiais utilizado: aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 6º É obrigação dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, assegurar, por meio dos procedimentos e diretrizes estabelecidos neste

 a gestão transparente da informação, proporcionando amplo interessados e promovendo sua divulgação independentemente de solicitação; II - a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e

III - a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observados seus atributos de disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

pela Controladoria-Geral do Município, que será responsável por

Art. 7º A gestão dos pedidos de acesso às informações públicas será centralizada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ:75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

§ 2º Na hipótese do inciso IV do caput, o órgão ou entidade deverá, quando tiver conhecimento, indicar o local em que se encontram as informações, de forma que o requerente possa proceder à sua interpretação, consolidação ou tratamento. Art. 12. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da

solicitação de informações de interesse público

Art. 13. Recebido o pedido de acesso à informação pela Controladoria-Geral do Município, órgão responsável pela gestão centralizada desses pedidos, esta deverá processá-lo imediatamente, decidindo sobre o acesso no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data de protocolo, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias mediante justificativa prévia ao

a) informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra ou imagem de

§ 1º A decisão acerca do pedido de acesso à informação poderá consistir em:

c) informação que não esteja sob a custódia do Município; d) informação contida em documentos que serviram de base para a edição de ato

strativo, nos termos do § 3º do art. 21 deste Decreto;

III - deferimento integral, quando não houver restrições;

IV - prorrogação do prazo para resposta, quando for necessária análise mais talhada do pedido ou a reunião de documentos e informações, hipótese em que se licará o prazo previsto no coput deste artigo, prorrogável nos termos ali indicados. § 2º Quando a informação solicitada for de competência de outro órgão, a

doria-Geral realizará a triagem, encaminhará a solicitação ao órgão responsável e, após o retorno, enviará a resposta ao solicitante. Art. 14. A Controladoria-Geral do Município poderá solicitar esclarecime deverá respondê-los no prazo de até 20 (vinte) dias, sob pena de

Parágrafo único. O prazo para resposta ficará suspenso enquanto se aguarda o imento, sendo retomada a contagem a partir da resposta do interessado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br

DA RESTRIÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

CAPÍTULO V

Da Classificação das Informações em Grau de Sigilo Art. 26. São passíveis de classificação como sigilosas as informações cuia divulgação

irrestrita possa, comprovadamente, comprometer a segurança da sociedade ou da Administração Pública Municipal, quando puderem: I - prejudicar ou colocar em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por

II - colocar em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

 IV - comprometer projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico vinculados à Administração Pública Municipal; V - colocar em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades municipais e

VI - comprometer atividades de investigação, fiscalização ou controle em ento, relacionadas à prevenção ou repressão de infrações;

VII - comprometer a segurança do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, de seus cônjuges ou filhos(as), hipótese em que a informação será classificada como reservada e ecerá sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição, observando-se que a classificação deve se restringir estritamente a informações relacionadas à proteção e segurança pessoal.

Art. 27. As informações classificadas serão organizadas nos graus ultrassecreto, ou reservado, considerando a gravidade do risco e a necessidade de sigilo, ndo sempre o interesse público e a menor restrição possível.

Art. 28. Na classificação, deve ser observado o critério do menor grau necessário de

I - a gravidade do risco ou dano à sociedade ou à Administração Pública Municipal II - o prazo máximo de classificação ou evento que determine seu término

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br

§ 2º Como termo final da restrição, poderá ser considerado determinado evento

II - grau reservado: Prefeito Municipal, Secretários Municipais e Procurador-Geral

Art. 31. A decisão que classificar informação em qualquer grau de sigilo deverá ser

Parágrafo único. É vedada a delegação da competência prevista no inciso II

Art. 30. A competência para classificação das informações é: I - grau ultrassecreto e secreto: Prefeito Municipal;

Art. 29. Os prazos máximos de classificação são:

III - reservado: 5 (cinco) anos.

izada em termo específico, contendo

respeitando-se os prazos máximos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA - PR

- receber, processar, avaliar, encaminhar e responder às solicitações de

Gestão 2025-2028

no art. 13: III - orientar e capacitar os servidores públicos quanto ao uso do sistema eletrônico utilizado para registrar e tramitar os pedidos de acesso à informação;

IV - consolidar e enviar as respostas a pedidos que envolvam mais de um órgão ou

VI - atender às requisições e recomendações dos órgãos de controle relativas ao mento das normas de acesso à informação; VII - publicar mensalmente, no site oficial, relatório contendo estatísticas dos

Parágrafo único. O relatório mensal deverá conter, no mínimo: I - estatísticas dos pedidos recebidos, deferidos, indeferidos e prazos de

atendimento, discriminados por unidade:

III - resumo dos assuntos ou temas objeto dos pedidos. CAPÍTULO II

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública promover, independentemente de requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, das informações de interesse coletivo ou geral que produzirem ou estiverem sob sua guarda, observado o âmbito de suas competências.

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

I - registro das competências e estrutura organizacional, enderecos e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

III - registros das despesas realizadas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-456 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Art. 15. A Controladoria-Geral do Município dará ciência ao requerente quanto ao teor das manifestações dos órgãos e entidades, preferencialmente por meio eletrônico.

le grande volume de documentos ou a movimentação que possa comprometer

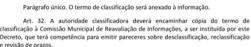
Art. 17. Quando a informação solicitada já estiver disponível ao público, em formato sso, eletrônico ou por qualquer outro meio de acesso universal, a Controlad do Município ou o órgão ou entidade municipal responsável deverá orientar o requerente

Art. 18. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de tos, a Controladoria-Geral do Município, observando o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente a guia para pagamento dos custos dos serv ais utilizados, nos termos da Lei Complementar nº 2.340, de 12 de dezembro de 2012 (Código Tributário Municipal).

Art. 19. Negado o pedido de acesso à informação, deverão ser fornecidas ao

I - as razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - a possibilidade de interposição de recurso, o prazo para tanto, a autoridade competente para apreciação e a forma de protocolização; e



Art. 34. A autoridade classificadora designará, por portaria, os servidores autorizados a acessar informações sigilosas, os quais estarão sujeitos às penalidades

previstas neste Decreto.



VI - respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.

a publicação em sítios oficiais da internet

de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de

§ 4º A Controladoria-Geral do Município será responsável por revisar periodicamente os procedimentos e conteúdos relativos à transparência ativa em todas as unidades administrativas, podendo contar com o apoio dos responsáveis locais pela gestão da informação para essa finalidade. CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO PARA ACESSO À INFORMAÇÃO



ntegridade ou a tramitação regular dos registros, o requerente será informado q data, local e forma para realizar a consulta, obter cópias ou solicitar certidão da infor

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, o fornecimento direto da informação somente será obrigatório caso o requerente declare não dispor de meios para consultá-la, obtê-la ou reproduzi-la por conta própria.

Parágrafo único. Após a comprovação do pagamento, a reprodução dos documentos será realizada imediatamente, quando possível, ou no prazo necessário para sua execução, desde que não ultrapasse os prazos máximos estabelecidos.

III - a possibilidade de pedido de desclassificação da informação, quando aplicável,

sigilosa deverão constar: o fundamento legal da classificação, a data em que cessará a restrição de acesso e a autoridade que a classificou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA - PR

pas com necessidade de conhecê-las e credenciadas junto ao órgão responsável, sem

Art. 36. Informações sobre condutas que configurem violação de direitos humanos, aticadas por agentes públicos ou por ordem de autoridades públicas, não podem ser issificadas nem ter seu acesso negado. Art. 37. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial

§ 2º Pessoas jurídicas deverão adotar providências para que seus em

II - manutenção das razões que fundamentaram a classificação;

§ 2º A não deliberação sobre a revisão de ofício no prazo previsto no inciso I do § 1º

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br IV - informações sobre procedimentos licitatórios, incluindo editais, resultados e

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

§ 2º A divulgação deverá ocorrer por todos os meios disponíveis, sendo obrigatória

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso:

enção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Art. 20. O recurso ou o pedido de desclassificação ou reclassificação de informação oficial do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

deverá ser apresentado por meio de formulário padrão, disponibilizado no sítio eletrônico

a forma de obtenção; II - acesso à informação contida em registros ou documentos produzidos ou

IV - acesso à informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

VI - acesso à informação sobre a gestão do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos;

da unidade administrativa, incluindo metas e indicadores;

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não abrange:

prejuízo das atribuições de agentes públicos autorizados por lei.

III - acesso à informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada em decorrência de vínculo com a unidade administrativa, mesmo que este tenha

VII - acesso à informação sobre o valor da remuneração e subsídios percebidos p cupantes de cargo, função ou emprego públicos, incluindo auxílios, ajudas de cus ratificações e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos posentadorias e pensões;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo exercícios anteriores.

II - grau de sigilo, prazo de vigência e termo final; III - data de produção do documento;

Art. 32. A autoridade classificadora deverá encaminhar cópia do termo de

VI - identificação da autoridade classificadora.

Art. 35. O acesso, divulgação e tratamento das informações sigilosas ficam restritos

§ 1º Pessoas físicas ou jurídicas que executarem atividades de tratamento de informações sigilosas, em razão de vínculo com o Poder Público, deverão observar as

Seção II Da Desclassificação e Reclassificação da Informação Classificada como Sigilosa

de classificação estabelecidos no art. 29, deverão ser consideradas.

orientação quanto aos procedimentos de acesso à informação, incluindo o local e Parágrafo único. O requerente deverá indicar as razões que demonstrem a relação nações solicitadas e o direito que se pretende protege

medidas e procedimentos de segurança aplicáveis.

classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, de ofício ou mediante provocação, visando à desclassificação, redução do prazo de sigilo ou alteração da

I - informações de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou da Administração; III - avaliação dos possíveis danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso II - informações protegidas por sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional ou industrial; e

www.jornalnoroeste.com

Terça-feira, 18 de Novembro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br § 3º A revisão será registrada no termo de classificação previsto no art. 31.

Art. 40. O pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação poderá ser apresentado aos órgãos e entidades, independentemente de existência de prévio pedido de acesso à informação. Parágrafo único. O pedido será dirigido à autoridade classificadora, que decidirá no

I - pedido de reconsideração, quando se tratar de grau ultrassecreto ou secreto, sob ência do Prefeito Municipal;

II - recurso ao Prefeito Municipal, nos casos de indeferimento por outras ides previstas no grau reservado.

Art. 42. A decisão de desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo constar na capa dos autos em que se encontram as informações classificadas.

Art. 43. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que lesclassificadas serão recolhidas à Controladoria-Geral do Município para fins de

Art. 44. A Controladoria-Geral do Município publicará anualmente, até 1º de junho, o oficial na internet:

II - rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, contendo

a) resumo do assunto da informação;

b) indicação do dispositivo legal que fundamenta a classificação; c) data de produção, data de classificação e prazo de vigência do sigilo;

III - relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à infordos, atendidos e indeferidos.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO MUNICIPAL DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

10

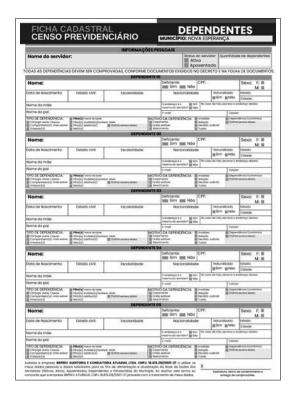
b) Alysson Rodolfo Ozako – Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento III - representantes titulares da Sociedade Civil: a) Valdemir Aparecido Lopes – Representante do setor imobiliário local b) Jean Flávio Zanchetti – Representante de lideranças representativas c) Alex Barela Barros – Representante do setor da construção civil local d) Daíse Regina Gazolla Pasquini – Engenheira civil local IV - representantes suplentes da Sociedade Civil: a) Marisete Maria Madureira Carlisbino – Representante do setor imobiliário local b) Max Rodolfo de Oliveira – Representante de lideranças representativas locais c) Rosemere Oliveira Alves de Lima – Representante do setor imobiliário local d) Leandro Pinto de Pádua – Técnico em edificações local Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNP4.75/70.994000109 | www.noveesperancapr.gov.bx

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPU 75/730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.kr d) Carteira de Trabalho - Número do PIS - Cartão ou número do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e) Carteira de trabalho - Documento que identifique data de vinculação no prim 7) CNIS - Extrato de tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência S RGPS retirado através do sistema MEU INSS, o extrato pode ser retirado pela plata gov.br. das seguintes formas:

1. Pela conta no banco e aplicativo do banco no celular; 2. Pelo celular por reconhecimento facial; g) para os servidores que trabalharam em outros municípios, faz-se necessário ntar extrato ou certidão de tempo de contribuição em outro RPPS ou documento abatório anterior ao ingresso no serviço público do município de Nova Esperança; h) para os servidores que trabalharam em outro estado, faz-se necessária a apresentação de extrato de tempo de contribuição no IPSPM ou outro Estado, bem como documento comprobatório anterior ao ingresso no serviço público do município de Nova i) Documento que identifique a data de entrada no servico público j) Ficha cadastral preenchida, conforme dispõe o documento anexo a este decreto; k) Aos servidores do magistério, ficha cadastral conforme disposto em anexo a este II - dependentes dos servidores ativos: a) Certidão de casamento ou escritura pública de união estável;
b) Documento de identidade com CPF do cônjuge ou companheiro (a); c) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos ou de filhos inválidos de qualque e) Termo de tutela ou curatela, se houver, acompanhado do CPF do depen f) Documento de identidade e CPF do representante legal, se for o caso,

a) Documento de identidade oficial com foto (RG ou CNH);





Art. 45. Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Comissão cipal de Reavaliação de Informações Classificadas, integrada por representantes dos ntes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Administração II - Procuradoria-Geral do Município;

III - Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A Comissão elegerá, entre seus membros, seu Presidente, que ando necessário, voto de desempate nas deliberações.

Art. 46. Compete à Comissão Municipal de Reavaliação de Informações

 I - emitir parecer prévio, de caráter opinativo, sobre pedidos de desclassificação ou assificação de informações sigilosas, indicando a manutenção, redução ou alteração do a de sigilo, para subsidiar a decisão da autoridade competente; II - emitir parecer prévio, de caráter opinativo, sobre recursos contra decisão que o acesso à informação classificada como sigilosa;

III - elaborar, anualmente, relatório avaliando a execução da publicidade ativa a pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

Art. 48. As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria dos membros les, cabendo ao Presidente o voto de desempate quando houver empate. CAPÍTULO VII

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade; II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade; e

16

Timera. D

TOWNS IN

Declara de utilidade público, para fins de execução de obra de pavimentação em concreto 40MPa, a Estrada Rural Funda, que liga a PR-463 à divisa com o município de Cruzeiro do Sul, situada no município de Nova Esperança, Estado do Paraná. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 53, VI e art. 75, I, alineas "e", "h" e "i" da Lei Orgânica Municípal (LOM); CONSIDERANDO que a pavimentação da Estrada Rural Funda melhorará as s de trafegabilidade, proporcionará maior segurança no deslocamento das familias icultores da Gleba Santa Cruz e aumentará a eficiência no escoamento da produção umos agrícolas da região; DECRETA: Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de execução de obra de mentação em concreto 40MPa, a Estrada Rural Funda, que liga a PR-463 à divisa com on ciclipio de Cruzierio do Sul, comprendendo o trecho que se estende do ponto de denadas longitude 378518,72 E e latitude 7440606,68 S até o ponto sob coordenadas funda 379843,65 E e latitude 4782113,19 S, situada no município de Nova Esperança, do do Paraná, conforme projeto básico ambiental, a ser aprovado junto ao instituto **Ters/14/31.** REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR b) Cadastro de Pessoa Física - CPF; d) Número do PIS/PASEP: g) Ficha de dependentes preenchida, conforme modelo anexo a este decreto a) Certidão de casamento ou escritura de união estável b) Documento de identidade com CPF do cônjuge ou companheiro (a); e) Termo de tutela ou curatela e CPF do dependente, se houver f) Documento de identidade e CPF do representante legal;

b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Número do PIS/PASEP:

VI - instituidor da pensão:

MAGISTÉRIO Scripto ATUAL Name de commission PARA RESPONDER ABAIXO, ESTEJA COM SEU EXTRATO CNIS EM MÃOS!

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA - PR § 1º As informações mencionadas no caput deverão ser divulgadas cialmente em sítio oficial da própria entidade.

§ 2º Quando a entidade não dispuser de meios próprios para publicação, deverá inhar as informações à Controladoria-Geral do Município, que providenciará a ção centralizada em sitio oficial da Administração Municípal.

§ 3º A divulgação das informações previstas no caput deverá ocorrer a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, sendo atualizada periodiciamente e mantida disponivel por até 180 (cento e oitenta) dias após o término de sua vigência, prorrogável por decisão fundamentada para casos excepcionais.

CAPÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 50. Constituem infrações a este Decreto, quando praticadas por agentes

III - prestar informações de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

IV - divulgar indevidamente informações classificadas ou dados pess observância da legislação aplicável, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 51. Pessoas naturais ou jurídicas que detenham informações em virtude de vinculo com o Poder Público e pratiquem conduta violadora deste Decreto estarão sujeitas às sanções previstas na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando cabível.

DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

Art. 52. Compete à Controladoria-Geral do Município, observadas as competência

I - monitorar a aplicação deste Decreto, incluindo o cumprimento de prazos e

CONSIDERANDO que a pavimentação da Estrada Rural Plúna melhondisjões de trafegabilidade, proporcionará maior segurança no deslocamento da dos agricultores do Distrito de Ivatinga e aumentará a eficiência no escoan rodução e dos insumos agrícolas da região; navimentação em concreto 40MPa, a Estrada Rural Púna, que liga a PR-555 ao Distrito de la vialitinga, comprendendo o trecho que se estende do ponto de coordenadas longitude 373684.85 E e latitude 7431293,75 s, situada no município de Nova Esperança, Estado de Paraná, conforme projeto básico ambiental, a ser aprovado junto ao Instituto Água e Terra (IAT). REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÉS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

DECRETO Nº. 6.519, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso da atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 53, VI e art. 75, I, alineas "e", "h" e "i' da Lei Orgânica Municipal (LOM);

Declara de utilidade pública, para fins de execução de obra de pavimentação em concreto 4DMPa, a Estrada Rural Piúna, que liga a PR- 555 ao Distrito de Ivaitinga, situada no município de Nova Esperança, Estado do Para

d) Certidão de óbito; § 5º O disposto no caput deste artigo aplica-se igualmente aos servidores afastado: endados, bem como aos inativos e pensionistas não residentes no Município de Novi ança – PR. Art. 5º A realização do censo previdenciário dos servidores afastados, licenciados, aposentados e pensionistas não residentes no Município de Nova Esperança – PR poderá ser feita de forma não presencial, mediante envio eletrônico da documentação exigida, inclusindo fichas cadastrais, documentos de identificação, comprovante de endereço e documentação ed dependentes, todos escaneados e legíveis (não sendo aceitas fotografias). § 2º O envio deverá ser realizado por e-mail para censo@brprev.com, com posterio cação via WhatsApp para conferência do recebimento, pelo número (51) 99275

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

g) Documento de identidade e CPF do representante legal, se for o caso





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CRP4 75/70/994000109 | www.novesperancapr.gov.br

onsolidar informações e relatórios sobre pedidos de acesso à informação e dados;

CAPÍTULO X

JOÃO EDUARDO PASQUINI Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.520, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Censo Previdenciário Cadastral dos servidores públicos municipais de Nova Esperança - PR, para o ono de 2025, e dá outras providências

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e manter atualizadas as informações cadastrais de natureza pessoal dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo ativos e inativos (aposentados e pensionistas), segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Esperança - PR;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de

2004, que estabelece a necesidade dos Municípios de instituirem sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores; bem como o disposto no iniciso II do caput do art. 1º, da referida Lei, que determina que a unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores deverá proceder ao CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe

sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 3.053, de 16 de julho de 2025, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nova Esperança, revoga a Lei Municipal 1.495, de 26 de abril de 2002, e demais disposições em contrário, altera a Lei Orgânica Municipal e confere outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da realização do Censo Previdenci latra, conforme Lei Complementar 7.3053, de 16 de Julho de 2025, do quadro diddres públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, titulares de car provinento efetivo, ativos e inativos (agoperatedos e pensionistas), todos segurados ime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município de Nova Esperança – Pit.

Parágrafo único. O Censo Previdenciário tem por finalidade a atualização e ildação do banco de dados cadastrais dos segurados, permitindo o cruzamento informações com dados de outros sistemas previdenciários, principalmente os istrados pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Previdência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR



do Censo, mediante apresentação de atestado médico ou declaração que comprove essa ntos previstos no art. 59.

Art. 8º O servidor ativo, aposentado ou pensionista que não realizar o Censo de atualização cadastral terá o pagamento de sua remuneração ou provento ou pensão bloqueado a partir do més inmediatamente posterior à data fixada para o seu recadastramento, ficando sua liberação condicionada à realização do Censo.

Art.9 º Responderá penal e administrativamente o servidor público m ativo e inativo (aposentado e o pensionista) que, no censo previd deliberadamente, omitir ou prestar informações falsas, incorretas ou incompletas.

Art. 10°. Os órgãos da administração pública municipal deverão particip ámbito de suas respectivas competências facilitando a divulgação, e cabe aos servido Departamento de Recursos Humanos, a orientação aos servidores segurados, atenden que lhes couber, ao disposto neste Decreto. Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE (17) DIAS DO MÉS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).





Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Avaliação Imobiliária do Loteamento "Jardim Zacharias", aprovado pelo Decreto nº 6.076, de 23 de janeiro de 2024, e dá

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 53 c/c art. 75, I, "i" da Lei Orgânica do Município (LOM);

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal $n^{\rm o}$ 2.340, de 12 de dezembro 2012 – Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.076, de 23 de janeiro de 2024, que vou o loteamento denominado "Jardim Zacharias", de propriedade da empresa inistradora de Bens Família Zacharias LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.388.428/0001-

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Comissão de Avaliação para definir o Valor Venal, para fins de compor a base de cálculo de tributos municipais do loteamento denominado "Jardim Zacharias", nos termos da Lei Complementar Municipal nº 2.735, de 13 de julho de 2020 e art. 18 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros que comporão a Comissão de Avaliação

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I - representantes titulares da Administração Pública: a) Sueli Prandi Leite - Secretária da Fazenda

b) Alexandra Bonadio Baldassin - Diretora do Departamento de Tributação c) José Eduardo Danielides de Oliveira - Auditor Tributário d) Rogério Milleo Ferrete – Chefe da Divisão de Fiscalização

Art. 2º O Censo Previdenciário Cadastral será desenvolvido com o objetivo de:

Art. 3º Fica estabelecido o período de 8 a 12 de dezembro de 2025 para a realização do Censo Previdenciário Cadastral, no horário das 7h30 às 18h30, sem interrupção para o

I – garantir a integração de sistemas e bases de dados;

Art. 4º O Censo Previdenciário Cadastral, de que trata este Decreto, por

obrigatório para todos os servidores públicos municipais ativos, titulares de cargos de provimento efetivo, estendendo-se também aos inativos (aposentados e pensionistas) vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Nova Esperança

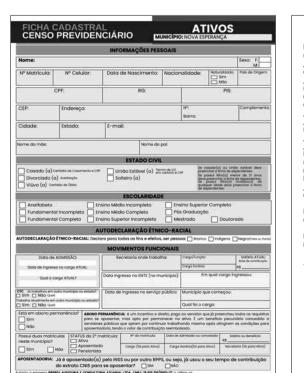
I - os professores deverão preencher, além da ficha de servidores ativos, a ficha

lentes, conforme modelo anexo.

§ 2º O recenseamento sera realizado presencialmente, no Polo Unico de Atendimento, localizado na Casa de Cultura Profe Lourdina dos Santos Leite, situada à Rua Ver. José Gazola, nº 1.095 — Centro, Nova Esperança – PR, nos dias e horários estabelecidos no art. 3º, ocasião em que serão efetuadas a entrega dos documentos, conferência cadastral

I - servidores ativos: b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

c) Um único comprovante de endereço (luz, água ou telefone dentro da validade imos 03 meses); Deve ser apresentado declaração de residência para terceiros, caso a titular da conta, conforme modelo em anexo;



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE TERCEIRO (proprietário da residência), (estado civil), __ (profissão), com residência localizada em (coloque o endereço completo do proprietário da residência, com CEP), na ___ no estado de _____ RG como conforme necessidade do interessado nome completo do terceiro que mora na residência), cOFF n.º

DECLARO por meio deste documento, com comprovante de residência em meu nome em anexo, com o objetivo de comprovação de endereço do servidor municipal Ativo, Aposentado ou Pensionista que está realizando o CENSO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL que o (a) Sr. (a) do interessado aqui) reside no endereço supracitado comigo DECLARO ainda, por meio deste instrumento ser ciente que responderei criminalmente e nas demais esferas por qualquer informação falsa declarada. Desta forma, na data abaixo escrita, assino e DECLARO verdade em todas as informações presentes neste documento. (assinatura do (a) declarante/proprietário(a)) (escreva nome completo do (a) declarante abaixo)

(coloque o n.º do CPF do (a) declarante abaixo)

CPF n.º

anexo VII da Lei nº 2.191 de 30 de novembro de 2011.

3. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS:

www.jornalnoroeste.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Dispõe sobre a nomeação de candidata classificada no Concurso Público Municipal regido pelo Edital nº

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso da: atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipai (LOM) e no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Concurso Público, regido o Edital nº 001/2024, conforme estabelecido na Portaria nº 16.265, de 4 de julho de

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016, que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, bem como na Lei nº 2.512, de 23 de março de 2016, que regulamenta o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 1º Nomear, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016, a Sra, Raquel Teixeira Cardia, classificada na 5º. posição, na modalidade Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, para o provimento do cargo efetivo de Contador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Referência Salarial Inicial Nivel 33 da Tabela de Vencimentos da Carreira de Nivel Superior – Anexo X da tei nº 2.512, de 23 de março de 2016, com posse em 25 de novembro de 2025, e lotação na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

(Assinado digitalmente) LUCIANA CIORLIN Contária Municipal de Administração

D COMMON TO THE DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

PORTARIA N.º 17.239. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

Designa Comissão Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) nº 004/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica Municípial (LOM) e pelo art. 74 do Decretor #9. 37.8, de 2011,

CONSIDERANDO o que consta via sistema informatizado (Memorando 13.725/2025), tendo sta a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a diade temporária de excepcional interesse público, de conformidade com o aut. 37, inciso IX, stituição Federal e de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 2.161, de 15 de ror de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 3.783, de 56 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Lei nº 2.191, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de arreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Nova Esperança e suas

Art. 1º Designar as servidoras públicas municipais, abaixo relacionadas, como membros da Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) nº ODA/2025, para os cargos de Professor, Professor de Educação Infantii, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira (Inglês), Pedagogo e Fonoaudiólogo:

a) Andressa dos Santos Scalco Matricula: 2026 Cargo Efetivo: Professor Educação Infantil Qualificação: Ensino de 2º Grau "Magistério", Graduação em Pedagogia, Especialização Lato Sensu em Psicopedagogia

b) Patricia Cardia de Brito Praxedes Matricula: 2131

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

c) Zilma Ornelas Bassi Matriculs 1119 Gargo Efethor Orientador Educacional Gualificaçõe: Ensino de 2º Grau "Magistério", Graduação em Pedagogia, Pós Graduação Lató Sensu "Alabetização matemática"

d) Thamin'is Heloisa Bertoni Matricula: 36:11 Cargo Efethor: Fonoaudiólogo Qualificação: Graduação em Fonoaudiologia, Pós Graduação Lato Sensu em nivel de Especialização em diouação Especial

I - responsabilizar-se pela condução integral do Processo Seletivo Público Sim

b) a verificação da regularidade da documentação comprobatória apresentada para fins de io referente à escolaridade, aos cursos de aperfeiçoamento e ao tempo de serviço, de om os critérios estabelecidos em edital;

proceder à validação dos certificados e documentos, especialmente no que se refere à le, à carga horária mínima exigida, à compatibilidade com as atribuições do cargo e à o adequada dos comprovantes de tempo de serviço;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

D D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 QPu 7157269940000 01 | www.novempranca.px.gov.lze

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM) e no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016, que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, bem como na Lei nº 2.512, de 23 de março de 2016, que regulamenta o Plano de Cargos, Carreiras a Remuneração dos Servidores Públicos Municípiais;

Art. 1º Nomear, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016, a Sra. Dudinela Aparecida Borges, classificada na 12º, posição, na modalidade Ampla Concorrência, no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, para o provimento do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, com cargo horária de Quarenta) horas semanais, na Referência Salarial Inicial Nivel 1 da Tabela de Vencimentos Garceriza de Nivel Tecnico de Cargo de Salarial Inicial Nivel 1 da Tabela de Vencimentos Garceriza de Nivel Técnico — Amaxo VII da Lai na 2 5 12 da 23 da 4 marco 4 20 20 1 da Carreira de Nível Técnico — Anexo VII da Lei nº 2.512, de 23 de março de 2016, com posse em 25 de novembro de 2025, e lotação na Secretaria Municipal de Saúde. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Timeria. D Timeria. D PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
OPJ:75730994000199 | www.novseeperancapr.gov/zir

PORTARIA N.º 17.241, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Concede prorrogação de Licença para fins de Tratam de Saúde. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das tribuições que lihe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO o que foi solicitado por meio do sistema informatizado Memorando nº 14.813/2025, em conformidade com o dispozto no art. 137 da Lei Municipal Complementar n 2-2.10, de 23 de março 2016 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná;

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal abaixo relacionado, Prorrogação da Licença para fins de Tratamento de Saúde, conforme estabelece a legislação vigente, mediante a apresentação de Atestado Médico, a saber:

 Nome
 Cargo
 Lotação
 Periodo

 José Carlos Dosso
 Agente de Serviços Operacionais
 Secretaria de Governo
 12/11/2025 a 12/12/2025
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE (17) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

To the state of th

PORTARIA N.º 17.238, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNP275730.994(001-09 | www.noviesperancap.gov/br

PORTARIA Nº 17.242 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2029

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e sem direito à paridade - Média simples de 100% dos Remunerações, com fundamento no art. 124, § 4º e art. 126, II, do LC nº 3.053/2025.

CONSIDERANDO o processo de aposentadoria da servidora pública do Município de Esperança, Sra. Vanilza Aparecida Pereira Trevisan, protocolado no sistema tizado (Memorando nº 14.194, de 4 de novembro de 2025);

Art. 1º Conceder à servidora pública do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, Sra. Vaniltaa Aparecida Pereira Trevisan, brasileira, ocupante do cargo efetivo de Professor, matricula nº 2048 — 2º Padrão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Classe "C", Nivel 20 da Lei nº 2.191, de 30 de novembro de 2011, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos integrais e sem direito à paridade — Média simples de 100% das Remunerações, com fundamento art. 124, § 4º e art. 125, li da Lei Complementar nº 3.053/2025, contando com o tempo líquido de serviço de 9.160 dias (25a

Art. 2º Estipular como proventos mensais da aposentadoria da servidora o valor de R\$ 3.425,08 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e olto centavos), conforme demonstrativo de cálculo anexo ao processo de aposentadoria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE (17) DIAS DO MÉS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

LUCIANA CIORLIN

D CARCOLINA D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNP.: 75.730.994000109 | www.novaeoperanca.pr.gov.br

Dispõe sobre a designação de servidora efetiva para o exercício de encargos especiais de Secretária Escolar da Escola Municipal Tancredo Neves.

PORTARIA N.º 17.243, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

CONSIDERANDO a solicitação realizada por meio do Ofício nº 480/2025-ADM rrando nº 14.837/2025); CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016, art. 79, III, §39;

Art. 1º Designar, a partir de 17 de novembro de 2025, a servidora pública municipal lsadora Mateus de Souza, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matricula nº 4763, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o desempenho de entençação especiais, consistentes no exercício da função de Secretária Escolar da Escola Municipal Tancredo Neves, atribuindo-lhe a responsabilidade pela assinatura da documentação escolar da referida unidade de ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE (17) DIAS DO MÉS DE NOVEMBRO (11), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

(Assinado digitalmente) LUCIANA CIORLIN

D D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CIRLU 75/30/994000109 | www.noveesperancapr.gov.lbr

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 004/2025 EDITAL DE ABERTURA

O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA. Estado do Parana, neste ato representado por referio Municipal, Sr., JOÃO EDUARDO PASQUINI, brasilerio, divorciado, empresario, devidamente en o CPFAMF so fil ""2055.06". "sciedente e domicialdo na cidade Nova Separança." PR e Secretario Municipal de Educação, Sr. EDNO GUANDALIN, brasilerio, casado, devidamente no CPFAMF so fil ""428.100", "no uso de suas atribuções sejasa, de conformadade com a rix. FV, IV, da La Crigânica do Municipio combinado com a Lei municipal "2.161, de 21 de purbo de Decerdo municipal" 3 73.5, do 10 de soutande de 2011, La riv. 25 de de 40 de reviendo de 2017, Lei filamopal m"2.966 do Archide 2024, e de chama disponitivos legas; e CONSIDERANDO o Parecer Jurídico e autorização do Prefeito Municipal via Sistema Informatizado em formato SaaS (1Doc – Memorando nº 13.725 e 13.775/2025). I - A necessidade de suprir vagas, em caráter excepcional e temporário, na forma do C. a Constitução Federal e do artigo 2º, IV e VII da Lei municipal nº 2.161, de 21 de junho de ecreto municipal nº 3.783, de 50 de outubro de 2011, Lei nº 2.512 de de março de 2016, Lei de 30 de novembro de 2011, Lei nº 2.596 de 09 de Novembro de 2017, Lei Municipal nº 2.986 Antil de 2024.

 II - A necessidade de manter de forma continua e ininterrupta a prestação de serviços interesse da população na área da educação resolve: TORNAR PÚBLICO

A abentura de Processo Seletivo Simplificado (PSS) destinado a contratações repenciais, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse fico para o cargo de Professor, Professor de Educação, Centralia, Professor de Educação, Centralia, Professor de Educação, Centralia Municipad de Educação, Centralia de Pedera, Lei nº 2.151, de 2011 e Decreto nº 3.763, 2011, e demais disposições legiais aplicativais, nião gerando ao candidate contratado direitos revados a servidor público concursado, de acordo com a normas instituídas peste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

1.2 - Os contratos de trabalho decorrentes deste Processo Seletivo Simplificado serão efetuados na forma de regime especial de trabalho, pelo prazo necessário á execução do trabalho objeto da contratedão, poedos ser prompado a orrêtino da Administração por quantas vezes forem necessárias, não podendo ultrapassar o limite de 1 (um) ano.

- As contratações ocorrerão pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com sento no art. 37, inicia IX, da Constituição Federal, na Lei nº 2.161, de 2011, Decreto nº 3.783, de demais disposições aglicitaveis.

a) Publicação do Edital:
b) Periodo de inscrições;
c) Publicação des inscrições;
d) Periodo de Recurso des inscrições;
d) Periodo de Recurso des inscrições;
f) Publicação dos inscrições;
f) Publicação do resultado da Prova de Titulos e Tempo de Serviço;
f) Publicação do resultado da Prova de Titulos e Tempo de Serviço;
f) Publicação Post-Recurso da Prova de Titulos e Tempo de Serviço;
f) Publicação Post-Recurso da Prova de Titulos e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Titulo e Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Titulo e Titulo e Titulo e Tempo de Serviço;
f) Homologação de Resultado Final
final de Titulo e Ti

D

deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibeis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1,000HZ, 2,000Hz e 3,000Hz (Redação dada pelo Decreto Federal nº 5,298, de 2004); deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com ação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de es adaptativas, tais como:

O laudo médico deverá ser criginal ou cópia autenticada, estar redigido em letra legivel e dispor a espécie e o grau ou nivel dia deficiência da qualo candidato à portador com expressa referência elique correspondere da Classificação Internacional de O Donqa « CID. Somente serão berados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da ção da inscrição.

5.10 O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível nos meios oficiais de comunicação deste certame de acordo com cronograma de divulgação cortido no Anexo I deste edital. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá impetrar recurso na forma do tiem 11 deste Edital.

TITULAÇAO
Professor, Professor de Educação Infantil,
Professor de Educação Fisica, Professor de Educação Infantil,
Professor de Educação Fisica, Professor de Litingua Estrangeira Mo
Pedagogo e Fonosudiólogo
Documento comprobatorio Professor
I Espocialização Pres Graduação, lato cersu (na
dera) minimo de Softe, valendo para portuação no
mitava 00 certificados.
I Poe-Graduação sincio sensu, Mestrado ou
20 pontos n. Pus-Gracuação stricto sensu, Mestrado ou 20 pontos Doutorado (na área).

III. Tempo de serviço na área do cargo pieiteado . 5 (cinco) pontos a cada ano TOTAL

- A comprovação de tempo de serviço será analisada pela Comissão organizadora, sendo-s somente os documentos relacionados a seguira.

Para o tempo de serviço prestado em Municípios, incluindo o Município de Nova al Para de tempo de serviço prestado em Municipios, compresso de la compressa de serviço ou contrato de trabalho cumprido em função-correspondente a pretendado en serviço trabalho cumprido de enviço trabalho cumprido de enviço trabalho compresa pretendido: b.1) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), devendo estar especificado to tempo ceredido na respectiva função. As páginas tana quais contata 6 tempo tabalhado deverido ser devendo seta portendado.

7.1 - O Edital na Integra, bem como todas as etapas deste Processo Seletivo Simplificado, será disponibilizado no alte oficial do Municipio, no endereço <u>www.novaesperanca.or.go.pt.t.</u> e no Orgão de Divulgação do são Oficiale do Municipio (Jornal Noroeste), e Diário Oficial do Paraná em www.mprenasoficial.pr.gov.br. 2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado (PSS), obrigando-se a atender aos prazos e notições estipulados neste Edicale nos atos que forem publicados durante o seu período de validade.

a) contra o indeferimento da inscrição; b) contra o resultado da prova de títulos e tempo de serviço; 10.3 - O prazo para interposição do recurso é comum a todos os cand 10.4 - Não serão aceitos recursos interpostos via e-mail, fax, postal ou fora do prazo. Conforme item 10.1 10.5 Compete à Comissão de avaliação do processo seletivo apreciar o recurso tempestivamente protocolado, desde que fundamentado e demonstre ilegalidade ou erro material. 10.6 O pedido de revisão que não estiver devidamente fundamentado e que não contiver dados necessários para a identificação do candidato será indeferido liminarmente. 10.7 O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem o nome do e suas razões. 10.8 A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento do recurso será divulgada nos termos deste Edital. 11. DA CHAMADA E REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO: 11.1 Os candidatos classificados serão convocados à medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação. 11.3 O contrato de regime especial de trabalho deverá ser celebrado em até dois (02) dias úteis subsequentes à convocação do candidato aprovado para comprovação das condições estabelecidas neste edita e analencia a contratação, de acordo com par 1.5 do Decreto nº 3.75, de 2011. 11.4 O contratado deverá iniciar exercício no 1º (primeiro) dia útil subsequente à assinatura do contrato de regime especial de trabalho. 11.5 Os candidatos habilitados serão, a critério da Administração Pública Municipal, contratado temporariamente, conforme ditame da legislação vigente, notadamente quanto aos termos deste Edital. 11.8 O Candidato classificado, quando convocado pela Administração Pública Municipal, para fins de formalização do contrato de trabalho por tempo determinado deverá apresentar os seguintes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545

ENA 75.730.994.0001-09 | www.novasaperanca.pr.gor.br

comirato de trabalho por tempo determinado deverá apresentar os seguintes el alternación de comirato de trabalho por tempo determinado deverá apresentar os seguintes el Atestado de saúde, expedido por médico, registrado no Conselho Regional de Medicina de Parana, considerando-o apto para o exercicio da função objeto da contratação. O Lo Certida Negario de Artecacedemo Corminal (Poder Judiciano).

(c) Declaração de bena e vationes que constituem seu patrimônio (Cépta da Declaração de Departamento de Gestão de Pescalo, esto de tendado Albedeo da declaração tomecido pelo Departamento de Gestão de Pescalo, esto de tendado de Sesso de Pescalo, esto de Sesso de Sesso de Sesso de Pescalo, esto de Sesso de Ð

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545

CNPJ: 75/730.9940000109 | www.noveseperanca.pr.gov.br

Ð

12.1 O presente Processo Seletivo Simplificado (PSS) será realizado por meio de Comissão Especial de Seleção, nomeada pela Portaria N.º 17.239, de 14 de Novembro de 2025, Para essa finalidade. 12.2 Após a efetivação da inscrição não será anexado nenhum tipo de docu prontuário do candidato.

7- Este Processo Seletivo Simplificado não gera obrigatoriedade para a Prefeitura Municipal de Nova perança de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera apenas o direito á ricade na contratação temporánia, se necessário.

12.3 A classificação homologada e publicada nos termos deste Edital é o documento de classificação do candidato no Processo Seletivo, não sendo fornecido qualquer outro. 12.4 É facultada ao Poder Executivo Municipal a anulação parcial ou total deste Processo Se Simplificado, antes ou após sua homologação, se constatada irregularidade substancial insanável. 12.5 O prazo de vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano a partir da data de publicação do resultado final.

12.6 A aprovação no presente Processo Seletivo Simplificado (PSS) não assegura direito à contratação, mais esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos. Também não gera direito a efetivação no quadro de pessoal, e o contratado terá sua contribuição pervidenciaria verdia para o Regima Genta da Pervidência Social (INSS). 12.7 Os contratos decorrentes deste Processo Seletivo Simplificado poderão ser prorrogados antes do seu vencimento, pelo prazo máximo de 01 (ano), desde que devidamente justificado nos termos da Lei nº 2.161, de 2011 e Decreto nº 3.783, de 2011.

12.8 - O contrato poderá ser rescindido pelo Município a qualquer momento em caso de a) contratação de profesional efetivo para o carpo; b) determinação do Tribunal de Contas do Estado ou do Ministério Público; c) afrogir o limite legal de gastos com despesas de pessoal; d) falta de desempenho profesional adequado; e) prática de atos indisciplinares constatados; e) por interese de administração pública.

12.9 - As vagas serão preenchidas na forma prevista no presente edital e de acordo com at disponibilidades orçamentárias, conveniência e oportunidade da Administração. 12.10 - As contratações destinam-se a suprir necessidades temporárias de excepcional integüblico, nos termos deste Edital. 12.11 - O candidato deverá comunicar à Secretaria Municipal de Administração qualquer endereço residencial ou eventuais alterações de dados constantes na ficha de inscrição.

2.12 - As convocações serão feitas unicamente através de publicações no site do Municipio de Nova sperança mantido no endereço elérticos <u>www.novaesperanca.pr.gov.pr</u> e por publicação no Jornal roceste, sende responsabilidade de candidato o seu acompanhamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 (NSV. 75.730.994000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br

12.13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção, observa princípios e as normas que regem a Administração Pública. 12.14 - Fazem parte do presente Edital os Anexos I a VI
a) Anexo I - Cronograma das Atividades.
b) Anexo I - Artibuções dos Cargos.
c) Anexo III - Artibuções dos Cargos.
d) Anexo III - Ficha de Inscrição.
d) Anexo IV - Contagem de Titulação Escolaridade e Tempo de Serviço.
f) Anexo V Contagem de Titulação Escolaridade e Tempo de Serviço.
f) Anexo V Requerimento Recurso.

EDNO GUANDALIN tário Municipal de Edu

D PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPU 75/30.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Cronograma das Atividades ATIVIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
AV. Rocha Pombo, 1853 - Fone (44) 3252-4545
CSP-2 75.730.99400010 | www.novresperanca.pr gov br

CARGO PROFESSOR DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES Exerce a docância na rede municipal de ensino, transmitindo os conteúdos pertinentes de forma integrada, proporcionando ao atuno condições de exercer sua cidadania;
 Exerce atividades tecino-opédagicias que dis diretamente suporte às advidades de ensino;
 Planeja, coordena, avaita e reformuta o processo ensino/aprendizagam, e propõe estratégias matodológicas compatíveis com o programas a serem operacionalizado;
 Essenvolve o educando para o exercicio pleno de sua cidadania, proporcionando a compreressibo de co-participação e o coresponsabilidade de cidadalo perante sua comunidade, Municipio, Estado e País, tomando-o agente de transformação socia;
 Gerencia, planeja, organiza e coordena a execução de propostas administrativo-pedagógicas, possibilitando o desempenho satisfatório das atividades docentes e discentes. FUNÇÕES ESPECÍFICAS EM ATIVIDADES DE DOCÊNCIA

Os candidatos que possuírem, Pós-Graduação (nível de especialização, mestrado) e tempo de serviço na área, também deverão apresentar os documentos no ato da inindicado abaixo; a) Diploma ou Certificado de Conclusão da Pós- Graduação; (original e cópia) Documento comprobatório de tempo de serviço-carteira de trabalho (original e cópia) to expedida por empresa regularmente constituída firmada pelo seu representante le-pel timbrado, constando o CNPJ e o periodo da contratação e a função desempenha proprove o serviço prestado e experiência profissional na área pleiteada (fin

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ 75:730.994000109 | www.novemperanca.pr.gov.br c) Não será aceito tempo de serviço prestado de estágios d) Não será aceito periodo de tempo de serviço já utilizado ou em processo de utilização para aposentadoria, é de responsabilidade do candidato a exclusão dos periodos de tempo já utilizados ou em processo de utilização para aposentadoria, conforme Portaria MTP nº 1.467/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 ORU. 75/73094000160 | www.noveesperanca.pr.gov.br

2.4 As competências e atribuições dos profissionais contratados são as previstas na Lei nº 2.191, de 30 de Novembro de 2011 e Lei nº 2.512 de 24 de março de 2016, nos termos do Anexo II deste Edital.

São requisitos para a inscrição:
 a) ser brasileiro nalo, naturalizado ou em processo de naturalização;
 b) estar em dia com ao sórigações efeitorais;
 c) estar em dia com ao sórigações e encargos militares, para os candidatos do sexo masculno;
 d) possuri dade minima de 16 (decato) anos.

4.1 - Antes de se inscrever no processo de contratação, o candidato deverá observar as prescrições deste Edital e se certificar de que preenche ou preencherá, até a data da convocação, todos os requisitos exigãos para a contratação.

4.2 - As inscrições serão gratuitas e realizadas presencialmente no seguinte endereço: Avenida Felipe Camarão, nº 480, Centro, Nova Esperança - Centro - Secretaria Municipal de Educação, entre os dias 1811/2025 à 6021/2025, das 08h às 1610-30 edas 13h30 às 16h e oritine pelo site town provisesperança propubr aba Concurso e Processo Seletivo com abertura às 8h00 do dia 021/2025/2025. Más informações pole teletine (41) 23252-4633

- Juntamente com a ficha de inscrição devidamente preenchida, o candidato deverá entregar os seguintes documentos obrigatórios:
 a) Céduta de clendidade (criginal e cópia);
 b) Cadastro de Pessoa Fisica — CFF (original e cópia);
 c) Documento comprobation de ascolaridade (certificado e/ou diploma) exigida como prénequisita ao cargo pretendido (original e cópia);
 c) Comproveme de Residencia (original e cópia);

4.3.1. A ausência de qualquer documento obrigatório acarretará o indeferimento da inscrição

4.3.2. Para as inscrições online é necessário realizar o upload dos documentos em um úniaquivo PDF ou os compactar em uma pasta ZIP ou RAR.

4.5 - A inscrição será formalizada mediante a entrega dos documentos necessários

4.6 O candidato será responsável pela documentação apresentada no ato de inscrição 4.6- A inscrição do candidato implicará integralmente na aceitação das condições estal Edital e nas instruções específicas, das quais não poderá alegar desconhecimento. 4.7- A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, desde que verificada faisidade de declarações ou informações contidas no ato da inscrição.

Ale-Será permitida a inscrição por procuração, com firma reconhecida, por meio de instrumento público que deverá ser apresentado em via original e única, para cada candidato. No caso de inscrição por instrumento público, a procuração ficará retida e anexada á ficha de inscrição do candidato. 4.9- O candidato e o respectivo procurador respondem, civil e criminalmente, pelas info prestadas na ficha de inscrição.

5. DA INSCRIÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

A compatibilidade da pessoa com deficiência com o cargo no qual se inscreveu será declara junta médica especial, perdendo o candidato o direito à nomeação caso seja considerado inago a o exercício do cargo. A pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado (PSS) em iguald dições com os demais candidatos no que se refere à prova de títulos, tempo de serviço de o previsto no presente Edita.

D

enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monoc de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes":

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CRPU 75.730.994000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br

deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo
homo, carretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de
parapelaja, paraperesa, monopelaja, monoparesa, terdepaja, tetaperesa, tripéreja, triperesa,
hemipleja, hemiparesa, costoma, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral,
nanismo, membros com deformidade conglinha ou adquinda, exceto as deformidades estéricas as que não producam difucilidades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decinio Féderal nº 5.26%, de 204);

Féderal nº 5.26%, de 204);

- Compresa de compre

ra concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:
a) ao preencher a Ficha de Intercipio, conforme o Anexo II déste Edital, declarar que pretende participar de Processo Seleitos Simplificado (PSS) como pessoa com deficiência (PLO).
b) anexas punto a Ficha de Inscrição o laudo médico de acordo com o subitem 5.7;

anexadas no ato de inscriçõe, ou b.2). Centido expecida por empresa regularmente constituida firmada pelo seu representante legal em papel timbrado, constando o CNPJ e o periodo da contratação e a função desemperinada, que comprove o serviço prestado exeperência profissional na área pleiteada (firma reconhecida), Não será aceto tempo de serviço prestado como estigio.

7. DA DIVULGAÇÃO:

em relação a atividade a ser desempenhada:
 a) maior grau de escolaridade;
 b) maior tempo de experiência.
 III. maior idade;
 IIII. maiores encargos de família.

10.1 — O candidato ous designi reterpor recurso de forma presencial ou onfine, devest dirigido-consista Cinganizadora e Esaminadora de Processos Seletivo Público Sireglificado, non comparte de la comparta del c

Ð

R\$ 1.894,17

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CIRL 75.730.994.0001-09 | www.novaesperancapr.gov.br

| | | | | Curso Normal Superior. | |
|----|---|--------------|-----|---|---------------|
| 1 | | R\$ 5.354,55 | 40h | Nivel Superior, em curso de licenciatura plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior. | |
| 1 | | R\$ 2.677.27 | 20h | Diploma de Graduação em Educação Física. | |
| 1 | | R\$ 2.677.27 | 20h | Diploma de Graduação em Letras/Inglês. | |
| CR | - | R\$ 2.677.27 | 20h | Conclusão do curso de Pedagogia ou a conclusão de uma licenciatura plena acrescida de pós graduação na área de atuação e experiência | NUMBO PASQUNI |

R\$ 2.677.27

Professor de Educação Física Professor de

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

5.11 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado (IPSS), terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados esporicimentes para pessoa com deficiênciamente para pessoa com deficiência reservada os esporiadores de deficiência, esta será preenchida com estima discersiónad da ordem de classificação geral.

TITULAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPU 75730.994.0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Parágrafo único: Cuando algum candidato, dentre os empatados na ordem de classificação, tiver idea (guado us superior a 60 (sessenta) anos, dar-se-a preferência ao de maior idade, nos termos da Le Federal nº 10,741, de 1º de outubro de 2023. 10. DOS RECURSOS

Ð

D

19. Párticipa ou processo de inclusavo con acutos portacion de acutos portacion de Popular.

Po

D

Ð

Terça-feira, 18 de Novembro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA C.N.P.J. 75,730.994/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPA 75/70/994/000109 | www.noveesperanca.pr.gov.br
Gestão 2005-0208
apara o aluno para o exercício da didadania; 32. Propõe a aquisição de equipamentos que venham favorecer às atividades de ensino-aprendizagem;
sensino-aprendizagem;
s CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS FUNÇÕES Exerce a docência na rede municipal de ensino, transmitindo os conteúdos pertinentes de forma arda, proporcionando à criança o desenvolvimento físico, paco-motor, intelectual e emocional; erce atividades de cuidados higiénicos e de saule à criança; a, com objetivos de diversão e, ao no, tempo, de creamento intelectual. Exerce atividades técnico-pedagógicas que do diretemente suporte às atividades de censo planeja, coordena, avalla e reformula o processo ensinolaprendizagem, e propõe estratégias dolégicas compativeis com os programas a serem operacionalizados; Gerencia, planeja, cograniza e acordina a execução de propostas administrativo-pedagógicas, bilitando o desempenho satisfatório das atividades docentes e discertes.

FUNÇÕES DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CNPJ 75.730.994.0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br 8. Participa do processo de lotação numérica.
9. Zela pela integridade física e moral do alano.
19. Zela pela integridade física e moral do alano.
19. Participa concriera as alvidendes de planejamento global da escola.
11. Participa de elaboração, execução, acompanhamento e avalisação de políticas de ensino.
11. Participa de elaboração, execução, a evaluação por opreto pestagogico da escola.
14. Antouia-se com órgida o pestores de educação e outros.
15. Participa de aleboração do curicua e calendario escolar.
16. Incentiva os alunos a participarem de concursos, fieras de cultura, grémios estudantis e outros.
17. Participa de análise do plano de organização de as advidades dos professores, como: distribuição de turmas, horas/aula, horas/aula, horas/aula, horas/aula, horas/aula, horas/aula, horas/aula, horas/aula, enciente de concerte e discenter ensino.
19. Participa de reunides pedagógicas e técnico-administrativas.
20. Acompanha e orienta o corpo decente e discenter de unidade escolar.
21. Participa de palestras, seminários, congressos, encortros pedagógicos, capacitações, cursos e outros eventos da área educacional e correlatas.
22. Participa de elaboração de avaliação de propostas curriculares.
23. Coordena as atividades de interpração da escolas coma farmilia e a comunidade.
24. Coordena se preparação da soluto para o exercício da cidadaria. Coordena as reunices do consenho de classe.

Contribul na preparação do altuno para o exercício da cidadania,
Zela pelo cumprimento da legislação escolar e educacional.
Zela pela mauntarida de conservação do patrimônio escolar.
Contribul para aplicação da política pedagógica do Município e o cumeração de escolar. 29. Propõe a aquisição de equipamentos que assegurem o funcionamento satisfatório da unidade educação.

31. Apresenta propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino.

32. Contribul para a construção e operacionatização de uma proposta pedagógica que objetiva a democratração do ensino, atraveis da participação eletiva da familia e démais segementos da socie democratração do ensino, atraveis da participação eletiva da tentila e démais segementos aos professores, favorecendo a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade do a sensor professores, favorecendo a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade dos 34. Acompanha e orienta pedagogicamente a relitização de recursos tecnológicos nas unidade. básica.

30. Desenvolve pesquisa de campo, promovendo visitas, consultas e debates, estudos e outras fonfes de informação, a fim de colaborar na fase de discussão do curriculo pleno da escola.

30. Busica a modernização dos mediodos e técnicas utilizados pelo pessoal discente, superindo sua participação em programas de capacitação e demais eventos.

40. Assessora o trabalho discente na busica de sobulos para os problemas de reprovação e evasão.





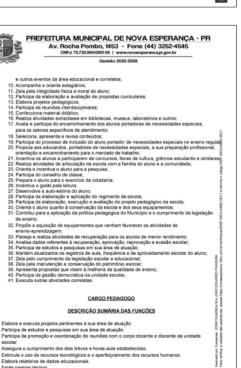
10







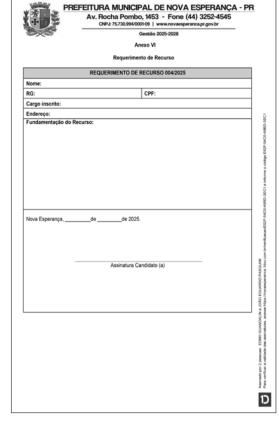




D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
AV. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545
CIPA 75.730.994000109 | www.novaseperanca.pr.pov.br rofessor de Educação Infantil () Pontos 10 pontos 30 pontos 20 pontos 50 pontos uação da inscrição: DEFERIDA () INDEFERIDA (Assinatura da Comissão Assinatura da Comissão a dos membros da Comissão Organ

D





https://novaesperanca.1doc.com.br/verificacao/E62F-54C0-A9BD-3EC1 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link





On and the state of the state o

D

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545

EXTRATO DE CONTRATO O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeto Municipal, em pleno exercicio de seu mandato e funções, Senhor JOÃO EDUARDO PASQUINI, brasileiro, casado, residente e domicilado na Avenida Tiradentes nº 251 – Apró SQ1, nesta cidade, portador da Cédula de Identided/RG nº 3.0xxxxxx4-SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/NF sob nº, xxxxx505-xxx e a pessoa física abalxo

descrita, celebram o seguinte contrato de trabalho por tempo determinado, oriundo do Processo Seletivo Público Simplificado e, Regulamentado sob a forma de contrato de Regime Especial de Trabalho, Edital nº 002/2025, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, Lei 9 3.065/2025 e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo; Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 075/2025

Contratado: APARECIDO SILVESTRE DA SILVA

Objeto de Contrato: A CONTRATADA tribalhará como AGENTE DE SERVIÇOS

OPERACIONAIS, para a CONTRATADA tribalhará como AGENTE DE SERVIÇOS

OPERACIONAIS, para a CONTRATADATE, por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a CONTRATANTE, suprindu agas de servidor do quadro efetivo-7 Andréia Martia de Souza, Portana re 17.139, de 200 de Outubro de 2025, de acordo com Memorando nº 13.508/2025 e oficio nº 732/2025 SISP. A contratada persará serviços por 40 horas semanais, coedecidas às disposições legais e regulamentos à espécie e a qualidade de seu cargo.

Data de Assinatura e Vigência: 13/11/2025 s 11/04/2025

Valor R\$ 1.532,57 (um mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinqüenta e sete centavos) mensais + adicional de insabulidatos e Valor RS 1.532,57 (um mil, quintentos e tirina e olor reals e cinqüenta e sete centavos) mensais + addicional de insalubridade. PACO MUNICIDA, DE NOVA ESPERANCA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TREZE (13) DIAS DO MÉS DE NOVEMBRO (11) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).



João Eduardo Pasquini

Artigo 2" Para cobertura de valores do Art.1" será utilizado Superávit na fonte:
33138 CONVÉNIOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR-SEED-PNATE 138 14.250,00
Total: 14.250,00 Artigo 3º- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO E LOA 2025. Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação Edificio da Prefeitura Municipal de Nova Esperanca. Estado do Paraná, em 17 de novembro de 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outra O Prefeito Municipal de NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3012/2024 de 19/11/2024. Decreta Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no irçamento Geral do Município, no valor de RS 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil eais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias. 15,000,00 289 - 3.3.90.300.000 494 MATERIAL DE CONSUMO

8.0091,0.02.0008.2.220 Participacio en Consvicto-Saúde/Assistência Hospialar e Ambulato
309 - 3.3.71.70.00.00 303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

908 - 3.3.71.70.00.00 000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

8.000 - 3.3.71.70.00.00 000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 05.009.10.302.0041.2.059 MANTER CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOICAL - CAPS 11.000,00 523 - 3.3.90.39.00.00 107 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 10.001 GABINETE ASECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 10.001,08.122.0073.0.64 Apois Administrativo a Secretaria de Assistência Social 725 - 3.390.39,00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURDICA. 10.003 ASSISTENCIA SOCIAL: FUNDO MUNICASSIST.SOC.
10.003,08,244,0097.2025 Manter e Setor de Assistência Social - Fundo Municipal de Assistência
769 - 3.390.390.000 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 768 - 3.3.90.36.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00 Artigo. 2º -Para cobertura do Art.1º, serão utilizados o Excesso de Arrecadação: Receia: 1.1.1.3.03.11.01.00. IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE-TRABALHO - PODER EXECUTION CONTRABACIÓN DE CONTRABACIÓN CONTRABACIÓN CONTRABACIÓN CONTRABACIÓN DE CONTRA 225,000,00 PRINCIPAL

Receita: 1.7.2.9.99.01.01.00 - Outras Transferências dos Estados - Principal- PETE -TRANSP

ESCOLAR Artigo. 3º- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO E LOA 2025. Artigo 4º -Este decreto entrará em vigor nessa data, revogadas as disposições em Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Esperanca. Estado do Paraná .em 17 de



resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
07.002 DIVISAO DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
07.002.15.451.0007.2.037 Mairter Divisao de Serviços Urbanos e Rurais
596 - 3.3.90.39.00.00 512 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURIDICA

583 - 3.3.71,70.00.00 504 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO Artigo 3º- Este decreto altera valores nas ações e projetos no PPA/LDO e LOA 2025. Artigo 4°-Este decreto entrará em vigor nessa data, revogadas as disposições em

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná ,em 17 de novembro de 2025.

João Eduardo Pasquini



Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/000109 | www.novaesperanca.pr.gov.br

DECRETO № 6.524, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação,

as áreas de terra necessárias à implantação da via marginal paralela à Rodovia BR-376, e dá outras

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (LOM), especialmente pelo art. 53, V, c/c art. 75, I, alínea "e"; CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, que

opriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro; CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de ju

CONSIDERMINO O que dispose o considera de la considera de la companio de la considera de la co

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 2.738, de 15 de julho de 2020, que regulamento o Sistemo Visiro do Município de Nova Esperança e estabelece, entre seus objetivos, a adaptação da malha viária existente, a melhoria das condições de circulação e a implementação de soluções destinadas a promover maior fluidez no tráfego, assegurando

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.784, de 07 de maio de 2021, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Nova Esperança, especialmente o art. 6º, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir e allenar áreas de terra, inclusive por meio de desapropriação amigâvel ou judicial, mediante prévia análise da Comissão de Avaliação

CONSIDERANDO a necessidade de declarar a utilidade pública de áreas de terras destinadas a viabilizar a abertura da marginal paralela à Rodovia BR-376, de modo a atender às demandas de melhoria da infraestrutura urbana, de ampliação da mobilidade e de planejamento do crescimento ordenado da cidade;

CONSIDERANDO que a intervenção contribuirá para o desenvolvimento econômico local, a integração de novos vetores de expansão urbana e a valorização das áreas

etor Municipal, promovendo maior eficiência na circulação e no acesso entre os bair n como mais segurança e fluidez ao tráfego na região próxima à rodovia; DECRETA:





www.jornalnoroeste.com



I - uma área de terras contendo 2.200,10 m², a ser destacada do lote de terras sob I - uma área de terras contendo 2.200,10 m², a ser destacada do lote de terras sob o nº 62, da Gleba Patrimônio Capelinha, situado no distrito da sede deste município e comarca de Nova Esperança, objeto da matrícula nº 7.098, anotada no Livro 2 do Cardório de Registro de Imóveis da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – Foro Regional de Nova Esperança, Estado do Paraná, de propriedade de Fátima Funes Carminato, qualificada na referida matrícula, ou a quem de direito for, dentro das seguintes divisas e confrontações.

"Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 46'35', numa distância de 125,60 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 60-8-1, no rumo SO 32'18', numa distância de 18,28 metros; fundos com o lote nº 62, no rumo NO 46'935', com 123,83 metros; com o lote nº 64-A-2, no rumo NE 32° 18', com 18,90 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados petencente a, Gieba Patrimônio Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná."

III - uma área de terras contendo 1.014,60 m², a ser destacada do lote de terras sob o nº 66-A, da Gleba Patrimônio Nova Esperança, situado no distrito da sede deste município e comarca de Nova Esperança, objeto da matrícula nº 15.083, anotada no Livro 2 do Cartório de Registro de Inúveis da Comarca da Registo de Morva Esperança, objeto da matrícula nº 15.083, anotada no Livro 2 do Cartório de Registro de Inúveis da Comarca da Regisia Metropolitana de Maniga — Fora Regional de Nova Esperança, Estado do Paraná, de propriedade de Anita Tottene Bonadio, María Mantovani Bonadio, María Regina Cavalcante Bonadio Bonadio, Bonadio Bonadio e sua cônjuge Marcia Regina Cavalcante Bonadio Bonadio, Bonadio Bonadio de Brito e seu cônjuge Nelson Mendes de Brito, Ademir Antonio Lopes Alarcon, Sonia Maria Lopes, Matheus Frederico Alarcon, Tiago Rodrígues Alarcon, Hugo Roană Alarcon, João Lucas Alarcon, Marcos Antonio Bonadio e sua cônjuge Viviane Vizintim Bonadio, Caudia Maril Bonadio, Anderson Fernando Bonadio, Alexandra Bonadio Baldassin e seu cónjuge Lodo Paulo Baldassin, qualificados na referida matrícula, ou a quem de direito for, dentro das seguintes divisas e confrontações:

"Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 46'35', numa distância de 128,60 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 65-1, no rumo SO 20'19', numa distância de 5,35 metros; fundos com o lote nº 66-A, no rumo NO 39'8', or 97.95 metros; anda com o lote nº 66-A, no rumo NO 39'9' 06', com 19,15 metros; ainda com o mesmo lote, no rumo NO 70° 09', com 17,05 metros, com o lote nº 67-1, no rumo SO 19° 51', com 22,40 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados pertencente à Gieba Patrimônio Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná."

- uma área de terras contendo 1.280,82 m², a ser destacada do lote de terras sob la Gleba Patrimônio Capelinha, situado no distrito da sede deste município e



"Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 42*49", numa distincia de 50,00 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 66-A-1, no rumo SO 20*19", numa distincia de 22.40 metros; fundos com o lote nº 67, no rumo NO 58*33", com 10,20 metros; ainda com o lote nº 67, no rumo NO 50*14", com 43,55 metros; com o alinhamento da estrada Municipal 20a, no rumo NE 49*15", com 30,08 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados pertencente à Gleba Património Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná."

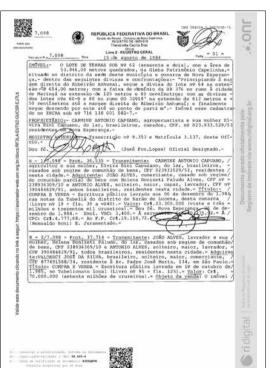
Art. 2º O Poder Executivo, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas e Decreto, poderá alegar urgência para fins de prévia lmissão na posse, nos termos do do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, com suas alterações posteriores.

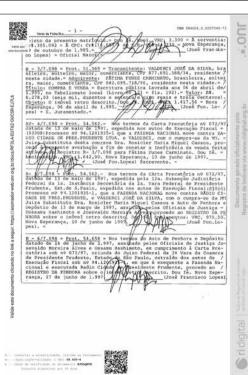
Art. 3º Ficam a Procuradoria Jurídica do Município e a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento autorizadas a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação especialmente elaborada par esas finalidade, à desapropriação a que se refere o art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente. Art. $4^{\rm p}$ As despesas decorrentes da desapropriação correrão à conta das dotações ntárias consignadas no orçamento municipal vigente à época do respectivo

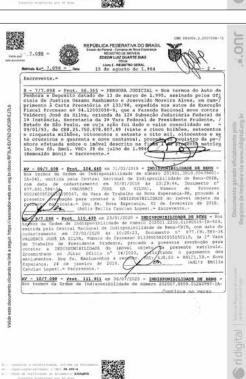
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

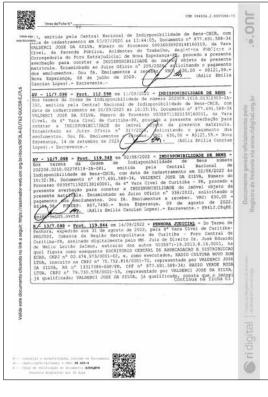
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSETE (17) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO (11) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (2025).

D Williams

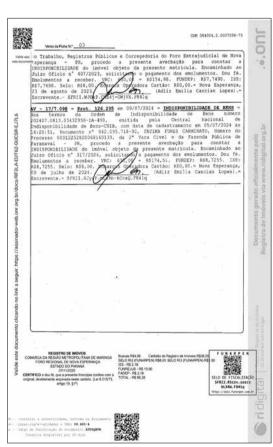


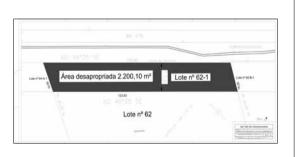












MEMORIAL DESCRITIVO

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA GLEBA PATRIMÔNIO CAPELINHA- ZONA RURAL; SUBDIVISÃO DO LOTE N.º 62 ÁREA DO LOTE DESAPROPRIADO LOTE Nº 62-1 2.200,10 m2

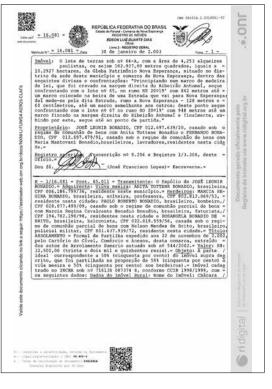
DIVISAS E CONFRONTAÇÕES

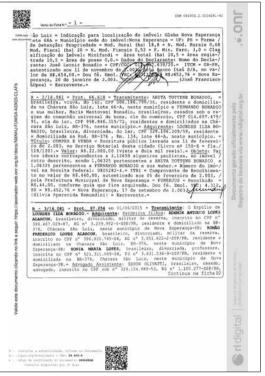
Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 46°35', numa distância de 125,60 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 60-B-1, no rumo SO 32°18', numa distância de 18.28 metros; fundos com o lote nº 62, no rumo NO 46º35', com 123,83 metros; com o lote nº 64-A-2, no rumo NE 32º 18', com 18,90 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados pertencente à, Gleba Patrimônio Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do

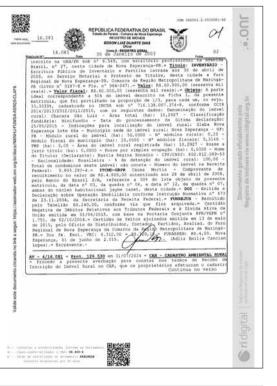
Nova Esperança, 12 de agosto de 2024.



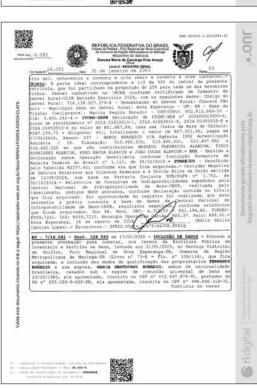
Alysson Rodolfo Ozako Eng. Civil - CREA-PR 151.862/D

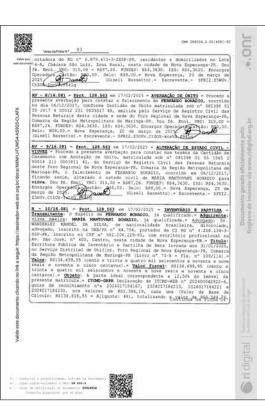






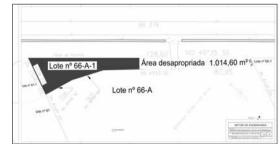












MEMORIAL DESCRITIVO

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA GLEBA PATRIMÔNIO CAPELINHA- ZONA RURAL; SUBDIVISÃO DO LOTE N.º 66-A ÁREA DO LOTE DESAPROPRIADO LOTE Nº 66-A-1 1.014,60 m²

DIVISAS E CONFRONTAÇÕES

Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 46°35', numa distância de 128,60 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 65-1, no rumo SO 20°19', numa distância de 5,35 metros; fundos com o lote nº 66-A, no rumo NO 43º23', com 87,95 metros; ainda com o lote nº 66-A, no rumo NO 59º 06', com 19,15 metros; ainda com o mesmo lote, no rumo NO 70º 09', com 17,05 metros, com o lote nº 67-1, no rumo SO 19º 51', com 22,40 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados pertencente à Gleba Patrimônio Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

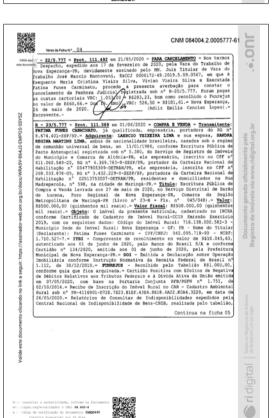
Nova Esperança, 12 de agosto de 2024.

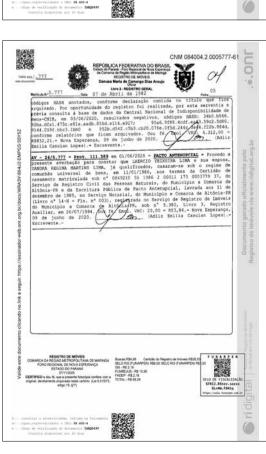


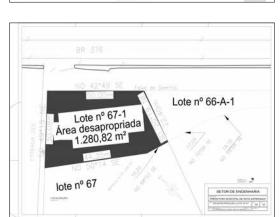
Alysson Rodolfo Ozako Eng. Civil - CREA-PR 151.862/D

S. 777 RIVERLA FIDRATINA DO MANIE The Proposition Agents of the Company of the Second Company of the Company o









PRF apreende 370 kg de maconha após motorista fugir durante abordagem em Maringá

Condutor abandonou o veículo e escapou a pé; carga de maconha estava distribuída em fardos e tabletes dentro do Honda Fit



Droga apreendida pela PRF: fardos e tabletes de maconha totalizando 370 quilos foram encontrados no interior do veículo abandonado na PR-317

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu 370 quilos de maconha na manhã desta segunda-feira (17), por volta das 9h, após uma abordagem na PR-317, nas proximidades da rotatória da Avenida Paranavaí, em Maringá. A apreensão ocorreu depois que o condutor de um Honda Fit apresentou atitudes suspeitas ao se aproximar da equipe policial.

De acordo com a PRF, os agentes deram ordem de parada ao motorista, que conduzia o veículo em direção à cidade. No entanto, de forma abrupta, ele parou o automóvel e fugiu a pé por uma área próxima. Buscas foram realizadas, mas o suspeito ainda não foi localizado.

Durante a fiscalização no interior do Honda Fit, os policiais encontraram 15 fardos e 137 tabletes de maconha, totalizando 370 quilos da droga. A carga estava distribuída no

porta-malas e no banco traseiro do veículo.

Em vistoria minuciosa, os PRFs constataram que as placas ostentadas eram falsas. A identificação verdadeira apontou que o automóvel havia sido furtado em 11 de julho de 2025, na cidade de São Paulo.

O veículo e o entorpecente foram encaminhados à Delegacia da Polícia Civil de Maringá, onde serão adotados os procedimentos legais. A PRF segue em diligências para tentar localizar o motorista foragido.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 78 279, 959/0001-70 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810 Site: yyww.presidentecastellobranco.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA GLEBA PATRIMÔNIO CAPELINHA- ZONA RURAL; SUBDIVISÃO DO LOTE N.º 67 ÁREA DO LOTE DESAPROPRIADO

DIVISAS E CONFRONTAÇÕES

Divide-se: com o alinhamento da Faixa de Domínio da BR 376, no rumo SE 42°49', numa distância de 50,00 metros; com a divisa do alinhamento do lote nº 66-A-1, no rumo SO 20'19', numa distância de 22,40 metros; fundos com o lote nº 67, no rumo NO 68°33', com 10,20 metros; ainda com o lote nº 67, no rumo NO 50° 14', com 44,35 metros; com o alinhamento da estrada Municipal Zea, no rumo NE 49° 15', com 30,08 metros, até o ponto de partida, sendo os lotes mencionados pertencente à Gleba Patrimônio Capelinha, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Nova Esperança, 12 de agosto de 2024.



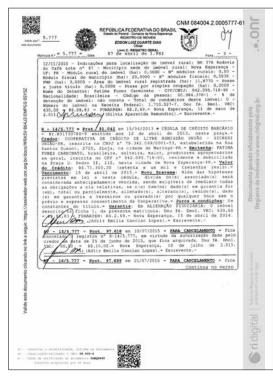
Eng. Civil – CREA-PR 151.862/D



João Péricles Murtinat







CNM 084004.2.0005777-61

www.jornalnoroeste.com

Presidente Castelo Branco lança Divisão do Departamento da Mulher e oficializa o Organismo de Políticas para Mulheres (OPM)

Cerimônia marcou a implantação oficial da estrutura dedicada à promoção de direitos, equidade de gênero e fortalecimento das ações voltadas às mulheres no município



Participantes prestigiam o evento de lançamento do OPM em uma noite dedicada à valorização das mulheres de Presidente Castelo Branco

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Na noite de quinta-feira, 23 de outubro, o município de Presidente Castelo Branco promoveu um jantar especial dedicado às mulheres — servidoras públicas e atendidas da Proteção Social Especial — em um momento pensado com cuidado e sensibilidade para reconhecer sua importância na comunidade. A iniciativa integra as ações da recém-criada Coordenadoria de Políticas

Públicas para Mulheres, instituída pelo Decreto nº 1.343, de 29 de setembro de 2025.

O Organismo de Políticas para Mulheres (OPM), agora estruturado no município, tem como objetivo central garantir direitos, promover equidade de gênero e fortalecer a participação feminina como sujeito político, ampliando a capacidade do governo local em implantar políticas públicas voltadas especificamente às mulheres. Entre as atribuições da



Autoridades municipais e representantes da rede de proteção reforçam o compromisso com políticas públicas voltadas às mulheres

coordenação estão a elaboração, articulação e execução de iniciativas que reforcem a igualdade de oportunidades, além da condução da rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher e da realização de campanhas em datas comemorativas.

O jantar contou com a presença da secretária municipal de Assistência Social e primeira-dama, Cristhiane Gonçalves Souza Martinati, da presidente do COMDIM, Marinês Borges da Rocha Fassina, e da coordenadora da OPM, Taynara Giró da Silva, que reforçaram o compromisso em ampliar o alcance das políticas públicas para mulheres no município.

A decoração do evento trouxe tons suaves, flores e iluminação acolhedora, proporcionando um ambiente elegante e convidativo. As participantes desfrutaram de um cardápio variado preparado pela equipe de apoio.

A programação também incluiu uma palestra sobre o Outubro Rosa, conduzida pela psicóloga da Proteção Social Especial, Lenicia Cardoso da Silva, além da entrega simbólica de uma rosa a cada mulher presente.

Durante o encontro, a secretária Cristhiane Martinati destacou a relevância da iniciativa: "Este jantar simboliza não apenas uma celebração, mas o reconhecimento do papel fundamental das mulheres no desenvolvimento de Presidente Castelo Branco."

A ação reforça o compromisso do município com a valorização da mulher e com a construção de políticas públicas eficazes, ampliando o cuidado, a representatividade e a proteção para todas as castelobranquenses.



